

===== **ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE FEVEREIRO DO ANO DOIS MIL E DEZ:** =====

===== *Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e dez, pelas dezoito horas e trinta minutos, na Sala Polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Dr. Jorge Manuel Freitas de Oliveira e Silva**, Secretariado pelos Senhores **Isabel Maria Fernandes Guimarães Ferreira de Vilhena** – Primeira Secretária e **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte:* =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas nºs 2 e 3;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto três:** *Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas – Conhecimento;* =====

===== **Ponto quatro:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do tradicional Corso Carnavalesco e V Edição Regional e II a nível Nacional do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2010 – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados;* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, Freguesia de Palmaz e “ORI/Estarreja Clube de Orientação de Estarreja”, para a realização do “Campeonato Nacional de Orientação em BTT” – Autorização;* =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de parceria entre o Município e a Associação Nacional de Jovens Formadores e Docentes – Autorização;* =====

===== **Ponto sete:** *Acordo de colaboração entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Oliveira de Azeméis – Autorização;* =====

===== **Ponto oito:** *Ratificação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, celebrado com o Clube Desportivo de Loureiro e de despacho;* =====

===== **Ponto nove:** *Prestação de Serviços para Recolha, Transporte e Deposição de Resíduos Sólidos e Urbanos e Limpeza Urbana – Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico;* =====

===== **Ponto dez:** *Plano de Urbanização da Zona Industrial de Nogueira do Cravo/Pindelo - Aprovação;* =====

===== **Ponto onze:** *Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no concelho de Oliveira de Azeméis – Aprovação definitiva;* =====

===== **Ponto doze:** *Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a actividade urbanística e operações conexas – Aprovação definitiva;* =====

===== **Ponto treze:** *Proposta de suspensão das taxas de ocupação do domínio público previstas na tabela anexa ao Regulamento Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais – Aprovação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Proposta de colocação de sinal “Via Pública sem saída” em Fundo do Lugar, Cidacos, desta cidade – Aprovação;* =====

===== **Ponto quinze:** *Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro (Report a 31 de Dezembro de 2009) – Apreciação;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *PI/6606/2009 – José de Jesus Ribeiro – Margem de acerto e rectificação;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Eleição de representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação.* =====

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Manuel da Costa Alves Rosa, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, José Domingos Campos da Silva, Rui Filipe Fernandes Nunes, Paula Regina Fernandes Duarte de Oliveira Pinto, Francisco Borges de Almeida Alves, José Filipe da Silva Carvalho,*

Ana Luísa Gonçalves Regala de Mendonça Humphrey, Diamantino Melo de Almeida, José da Silva Santos, André Lourenço Pinheiro Ribeiro, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Manuel Rebelo da Costa, Ramiro Pereira Alves Rosa, José Alves da Silva, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, Carlos Manuel Pinho Silva, Ilídio Barbosa Lopes, Pedro Joaquim da Silva Ribeiro, Hugo Manuel Gomes Silva Pereira e António de Jesus Silva. =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** Manuel Francisco dos Santos Valente, Fernando Manuel Pais Ferreira, Helena Maria Dinis dos Santos, Fernando Ricardo Gomes Oliveira Bastos, José Ramos da Silva, Ana Lúcia Nunes de Sousa, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Manuel José Tavares Soares, Ana Raquel Simões Teixeira, Bruno Armando Aragão Henriques, José António Domingues Marques Lourenço, Cristina Maria Valente de Pinho, Rui Jorge da Silva Cabral, Armindo Fernandes Martins Nunes e Bernardo Amaro Moreira Simões.

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** Miguel Ângelo de Carvalho Santos Portela e João Carlos Amaral Osório Nunes Silva. =====

===== **Independente:** Rodrigo Moreira da Silva. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início à Sessão declarando: =====

===== Muito boa tarde a todos. Vamos dar início a esta Assembleia Municipal. Temos onze Deputados inscritos para o “Período de Antes da Ordem do Dia”, temos uma hora para as intervenções. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)** =====

===== No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Senhor José da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, que disse:

===== A minha primeira intervenção era para pedir a esta Assembleia que aprovasse um voto de pesar pelo falecimento do Senhor Padre José Martins de Pinho, que foi um grande benemérito, tudo quanto na vida conseguiu doou ao Centro Social Dra. Leonilda Aurora da Silva Matos, portanto sessenta e cinco mil metros de terra que estão agora a servir para

*construir valências para servir os outros. =====*

*===== Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento do Senhor Padre José Martins de Pinho, benemérito da freguesia de Fajões, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*

*===== Fez-se um minuto de silêncio. =====*

*===== O Senhor José da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, continuou a sua intervenção: =====*

*===== Se na vida cada um de nós nos dedicássemos a fazer melhor o que sabemos e podemos para tornar a vida dos outros mais fácil e mais agradável, certamente que o nosso papel de representantes do povo que nos elegeu estaria muito mais facilitado. Se os grupos de interesse existentes pensassem um pouco mais nos interesses dos outros e não nos próprios interesses, talvez a justiça dos nossos projectos se dedicasse mais em servir os outros. Porém, quando se trata dos nossos interesses ninguém gosta de ficar a perder e é por isso que cada um de nós está sempre a perder algo nesta sociedade egoísta. Refiro-me à criação das USF, que tanta celeuma tem criado e tem prejudicado os Utentes de Fajões, que estão a ser quase que forçados a inscrever-se noutra Unidade, tendo nós uma Extensão de Saúde que funcionou durante quase dez anos, com instalações cedidas pela Autarquia, gratuitamente, sem que tivesse havido uma palavra para com os actuais Autarcas, o que para além de falta de ética pressupõe outros procedimentos persecutórios, com os quais não pactuamos e para além das lutas que certamente travaremos. Gostaríamos de alertar a Ex.ma Câmara Municipal para o seguinte: o artigo n.º 3- Comissões e atribuições das ACES e principalmente o capítulo II- Unidades Funcionais de Prestações de Cuidados de Saúde, diz “seja implementado em Fajões e outras zonas que nitidamente ficaram prejudicadas, outras Unidades Funcionais de Prestações de Serviço de Saúde em Unidades Funcionais” e para Fajões, em particular, o que se refere à alínea c) do artigo 7.º- Unidades de Cuidados na Comunidade, “sem prejuízo das Unidades de Cuidados Continuados integrados da candidatura apresentada pela IPSS em Fajões em Outubro de 2008, com protocolo assinado em 15 de Janeiro de 2009, em Lisboa, para uma Unidade de Cuidados Continuados de média duração para vinte Utentes e uma de longa duração e manutenção para quarenta Utentes, com projecto aprovado pela Ex.ma Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis” e porque não juntar-lhe aqui se calhar o Hospital. Respeitosamente, o povo que eu represente, pede que este estudo seja feito de forma a que todo o concelho possa ter mais saúde e melhor saúde. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José António Lourenço, do PS. =====*

===== Boa tarde a todos. O assunto que me trás cá hoje poderia ter sido abordado na anterior Assembleia, já que discutimos o PPI e Orçamento, mas achei oportuno, e dado que não tive oportunidade na altura, trazê-lo hoje a esta Assembleia. Trata-se de falarmos um pouco do Cine-Teatro Caracas, não obstante poder ser repreendido pelo Senhor Presidente, acho que serei bastante concreto. O Caracas o que é que é? Todos conhecem, todos já lá passaram, na minha óptica é um sítio mágico. Há um palco, há uma sala, fecha-se a cortina, fecha-se tudo, as pessoas ficam sentadas, não se vê nada, há expectativa por detrás da cortina, o que é que sai de lá e no fim sai de lá qualquer coisa que nos faz sair de lá muitas vezes felizes e contentes com aquilo que nós lá vemos. Também seria certo que o nosso Caracas podia ser um espaço de conhecimento, de saber e actualidade artística, ainda mais do que aquilo que poderemos achar que é. Desejaríamos também que através de uma boa programação, mulheres, homens, crianças, todo o público que ali estivesse presente pudesse reaprender a ouvir, a olhar, a contar e até mesmo sonhar. Desculpem este início, é um pouco de filosofia, a filosofia é conversa mas é um tema que me faz pensar assim, até porque estou um pouco ligado à cultura e daí achar que enquanto espaço público onde a formação cultural seja um direito de cidadania, o Caracas deveria de apresentar uma programação regular e diversa, cujo objectivo primeiro fosse o uso e consumo cultural em prejuízo do entretenimento entendido como uma simples ocupação de tempos livres, assim como de eventos isolados cuja organização em algumas ocasiões é da responsabilidade de entidades privadas. Sabemos que em Oliveira de Azeméis isso não é possível. Não é possível porque não temos condições físicas nem legais para chamar grandes espectáculos a esta sala. E quando me refiro à legalidade que seja bem entendido, referi-me com certeza ao respectivo alvará que só com as necessárias obras de reabilitação poderá ser atribuído, permitindo desta forma associarmo-nos, por exemplo, à rede nacional de recintos culturais e outras redes, que através das sinergias que essas redes congregam poderemos chamar grandes eventos e grandes peças de teatro, concertos e por aí adiante. Da análise que fiz, como disse no início, ao PPI e não o referi, assim como também à actividade desenvolvida pelo Departamento de Obras Municipais, nomeadamente o Gabinete Técnico de Apoio, verifiquei que estão destinados € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros) até 2013, para obras de remodelação do Cine-Teatro, assim como está em andamento a adjudicação do projecto de execução. Gostava também de realçar que no mesmo PPI, a primeira verba destinada a esta obra, está prevista só para 2011. Só € 125.000 (cento e vinte e cinco mil euros). No concelho de Oliveira de Azeméis é inequívoco que não temos uma casa como esta, com esta dimensão para a realização de grandes eventos culturais, pelo que qualquer que seja a decisão em relação a esta matéria há também que agir, para não sermos ultrapassados por outros concelhos que estão a oferecer programas de elevada qualidade. Nem queria sequer referir-me a outros concelhos, por vezes há esse dilema, o que está do lado de lá é melhor do que o nosso, mas é um facto concreto, por exemplo, eu referia-me só a Estarreja, é muito próximo de nós, eu próprio já usufruí dos eventos que eles lá oferecem e posso-vos dizer com muita, muita, qualidade. Com as infra-estruturas que temos e as necessidades que são verificadas julgo que com € 125.000 (cento e

vinte e cinco mil euros) não resolvemos o problema que aqui atrás enunciei. Daí as minhas questões: O que é que os Oliveirenses poderão esperar deste recinto cultural? Qual o ponto de situação relativamente ao projecto e à sua adjudicação? E qual, e principalmente, a visão do Município relativamente a esta matéria? Era só. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Dr. João Osório, do CDS/PP. =====

===== Muito boa noite. Apenas venho dar uma nota, o CDS sempre pugnou pela cultura, pela disponibilidade da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, que em Setembro alertamos para a ampliação do seu funcionamento, em Dezembro voltamos a falar, é também com agrado que aqui registamos e felicitamos o Executivo da tomada de decisão em ampliar o seu horário de funcionamento, ou seja, a partir de agora ou a curto prazo, à quarta-feira de manhã também estará aberta esta Biblioteca, bem como em Agosto há essa garantia de estar aberta ao Público, isto sempre, ao que eu sei, com os mesmos recursos humanos, apelando a um maior esforço e a uma maior rotatividade. Queria dar só esta nota, porque estamos aqui para criticar, sugerir, alertar, mas também estamos aqui para louvar e saudar as boas decisões. É assim que contam com o CDS em Oliveira de Azeméis. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Enf.<sup>a</sup> Paula Pinho, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Venho aqui abordar um tema com enorme relevância para a nossa região em geral e para o concelho de Oliveira de Azeméis em particular. Refiro-me concretamente ao novo Hospital do Entre o Douro e Vouga, um sonho que pode ser concretizado a muito curto prazo. Em tempos não muito longínquos realizaram um estudo que analisasse a necessidade ou não da construção de uma nova unidade hospitalar e a sua respectiva localização. Esse estudo apontou para o concelho de Oliveira de Azeméis, face aos recursos que actualmente existem e da necessidade da construção de uma nova unidade hospitalar. Estiveram bem os Presidentes da Câmara de Oliveira de Azeméis, Arouca e Vale de Cambra, ao concentrarem posições relativamente a essa matéria. Importa agora não descansar, destacada uma Comissão de Saúde no âmbito desta Assembleia, à qual desejo um profícuo e excelente trabalho, pois não estamos no fim do processo, mas sim a iniciar esta caminhada. Com responsabilidade, temos ainda de dar passos no sentido de concretizar este desejo de há décadas. Saibamos pois colocar de lado as questões acessórias relativamente às questões principais e certamente veremos compensado o trabalho sério, dedicado que tem vindo a ser realizado. Aproveito esta oportunidade para questionar o Senhor Presidente da Câmara, relativamente às últimas incidências quanto à construção desta nova unidade hospitalar. Obrigado. =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

===== *Uma saudação muito especial a todos. Antes de dar início às respostas, dar nota que nós há pouco guardamos um minuto de silêncio ao qual a Câmara Municipal também se associa, relativamente ao Padre José António Pinho, mas eu não queria deixar de começar esta Assembleia Municipal sem vos transmitir que na Reunião do Executivo Camarário, na passada terça-feira, iniciamos a mesma reunião com a aprovação de um voto de pesar relativamente à tragédia ocorrida na Região Autónoma da Madeira. Eu julgo que a Assembleia Municipal, não necessitando de voltar a guardar um minuto de silêncio, pode também expressar essas mesmas condolências e fazer sentir isso aos Autarcas directamente envolvidos e fustigados pela catástrofe natural que ocorreu sobre a Região Autónoma da Madeira, bem como ao Governo Regional. Relativamente às questões que foram colocadas nestas primeiras quatro intervenções, nomeadamente aquela que foi colocada pelo Senhor José Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, sobre a questão das USF, das Unidades de Saúde Familiar e a questão que se coloca concreta e objectivamente relativamente à Freguesia de Fajões e à inclusão do seu espaço territorial na Unidade de Saúde Familiar do Nordeste, eu queria dar nota que eu registo, que compreendo como é evidente, aliás não podemos esperar outra coisa daqueles que estão mais próximos das populações, nomeadamente dos Presidentes de Junta, sejam eles de que freguesia for, quando se coloca em cima da mesa o encerramento ou a interrupção de qualquer serviço, seja de qualquer área, ainda por cima numa área sensível como é a área da Saúde. Conforme é do conhecimento dos Senhores Deputados, nestas matérias os Autarcas têm um papel pouco ou nada relevante, ou seja, a iniciativa da criação das Unidades de Saúde Familiar parte dos médicos, dos enfermeiros, dos auxiliares nestas matérias e entre eles procuram, depois junto das entidades responsáveis, verem as suas propostas aprovadas, devidamente contratualizadas e depois entrarem então em funcionamento. Compete-nos a nós Autarcas, nomeadamente aqueles das freguesias mais próximas e à Câmara Municipal irem acompanhando e dentro daquelas que forem as suas possibilidades ir dando nota ou dando opinião se ela nos for solicitada, ou então num caso como este dar conhecimento às entidades de saúde mais relevantes e com interesse e com responsabilidade directamente nesta matéria. Foi aquilo que já fizemos, ou seja, a Junta de Freguesia de Fajões já escreveu um ofício à Câmara Municipal, mostrando aquela que é a sua preocupação e a sua posição relativamente a esta matéria, o ofício foi imediatamente remetido para quem tem responsabilidades, nomeadamente à ACES que é a autoridade que superintende os concelhos de Oliveira de Azeméis, S. João da Madeira e Vale de Cambra e temos vindo a trabalhar/ conversar com as entidades de saúde no sentido de otimizar os recursos, tendo sempre uma preocupação fundamental que é por um lado a prestação de cuidados de saúde de proximidade, mas ao mesmo tempo de qualidade, ou seja, aquilo que importa é que os Utentes/Clientes nesta nova terminologia, tenha melhores cuidados de saúde. Aliás, conforme o Senhor José Santos terminou a sua intervenção, dizendo*

*que aquilo que deseja é um concelho com mais saúde e um concelho com melhor saúde e eu acho que é isso que todos nós desejamos evidentemente. Eu registei as palavras e a intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, tomamos boa nota, vamos evidentemente transmiti-las mais uma vez a quem tem responsabilidades, procurando acima de tudo sensibilizar as autoridades para esta questão da prestação dos cuidados de saúde de proximidade, mas também de qualidade, até porque há uma intenção declarada da actual política governativa que se prende com a constituição de mais Unidades de Saúde Familiares. São esses os objectivos, no concelho de Oliveira de Azeméis já temos duas a funcionar, está prevista segundo as últimas informações que no dia 01 de Abril se inicie uma outra Unidade de Saúde Familiar na sede do concelho, há uma já a funcionar, a Unidade de Saúde La-Salette em Oliveira de Azeméis e a possibilidade de em 01 de Abril se iniciar a Unidade de Saúde Familiar Dr. Salvador Machado e a Unidade de Saúde Familiar do Nordeste. A intenção das Autoridades de Saúde é criar mais e, portanto, aquilo que importa é estarmos atentos e irmos acompanhando na medida das possibilidades estas situações, procurando defender sempre os interesses das nossas populações, mas em nenhuma circunstância prescindindo desta questão da prestação dos cuidados de saúde de qualidade, porque é isso que importa, não é? Das crianças, da infância à melhor idade, que essa ocupação seja uma constante e como lhe disse, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, daremos boa nota daquelas que foram as suas preocupações a quem de direito e logo que tenhamos notícias, sejam elas boas ou menos boas, elas serão transmitidas à Junta de Freguesia de Fajões e à população de Fajões. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado José Lourenço, do Partido Socialista, eu concordo com ele quando classifica, quando denomina o Cine-Teatro Caracas como um sítio mágico, é verdade, é um sítio mágico, é um sítio com tradição, é um sítio com história e se hoje podemos estar a falar no Cine-Teatro Caracas ainda como espaço cultural, faltou-lhe só mas seguramente foi por esquecimento não foi por má-fé, faltou-lhe só dizer que o espaço foi adquirido pela Câmara Municipal, que era um espaço privado, que estava a ser cobiçado por outras instituições e na altura a Câmara Municipal tomou a decisão, teve a coragem de tomar a decisão de adquirir aquele espaço. Ora bem, uma vez adquirido é preciso criar condições para que ele cumpra a sua missão e a sua missão é uma missão cultural. Não vai ser naquele espaço feito nada que contrarie a missão e a visão cultural desse mesmo espaço. Temos que ter aqui uma perspectiva, como sempre nos investimentos públicos de racionalidade e o que acontece é que muitas vezes quando se desenvolve e quando se pensa na requalificação, na modernização daquele espaço, temos que pensar de acordo com aquelas que são as valências culturais que precisamos e as valências culturais que têm enquadramento de financiamento comunitário, porque nós não nos podemos dar ao luxo, nem temos capacidade de investimento para requalificar o Caracas só com fundos próprios. Importa perceber que tipologia de equipamento é que tem financiamento e é isso que está a ser neste momento feito, ou seja, há um estudo prévio que foi feito, ainda não tem projecto de execução, mas foram feitas já diligências junto das entidades culturais, quem tem a responsabilidade máxima sobre essa matéria, para transformar aquele espaço numa Casa*

*de Cultura de Oliveira de Azeméis com todas as condições para manter e para melhorar inclusive a oferta do ponto de vista do termo técnico da “boca do palco”, ou seja, para que possa ter grandes concertos, para que as bandas de música, as orquestras possam actuar, mas ao mesmo tempo também ranchos folclóricos e outros grupo, ou seja, uma versatilidade de utilização do próprio palco, mas também que o público tenha o máximo de condições de comodidade, de segurança, de conforto que nem sempre acontece. Felizmente que o Caracas tem tido uma utilização intensa, do ponto de vista da oferta cultural, o Zé Lourenço falou no Cine-Teatro de Estarreja, eu também conheço, também já lá fui, não há mal nenhum não estamos proibidos de sair da nossa fronteira, mas deixe-me dizer-lhe também que frequento o espaço do Caracas em algumas manifestações, não em todas até porque a oferta é tão grande que não me permite a mim estar lá em todos os espectáculos, mas dizer que muitas vezes também encontro muita gente de fora de Oliveira de Azeméis que vem aqui e que diz “olhe, não minha terra não se faz isto”, “na minha terra não tem este espectáculo”. Ouça, nós temos de encarar, José Lourenço e seguramente você me acompanhará neste raciocínio, nós temos que acompanhar esta oferta cultural em rede. Na Junta Metropolitana do Porto discute-se uma agenda cultural conjunta, sinergias, ou seja, um grupo que vai a Matosinhos pode vir a Oliveira de Azeméis, um grupo que vem a Oliveira de Azeméis pode ir actuar a Matosinhos, a Gondomar, à Trofa, porquê? Porque em escala, uma contratação de três ou quatro espectáculos fica mais barato do que se for uma contratação única e nisso eu acho que é fundamental nós trabalharmos em rede, mas já estamos a falar no planeamento cultural. O que eu lhe queria dizer para sermos objectivos, é que estamos neste momento em fase terminal de alterar este estudo prévio, porque o estudo prévio tal como está feito não tem qualquer financiamento comunitário no âmbito do QREN. Porquê? Vou-lhe dizer, o estudo prévio tem lugares a mais para aquilo que o QREN financia. Aliás, o estudo prévio que está na Câmara Municipal apontava inclusive para a necessidade da compra de um terreno atrás do Cine-Teatro Caracas. Como sabe atrás do Cine-Teatro Caracas há ali um terreno, que não sei se neste momento ainda é ou não é venda de carros usados da Renault, mas pronto pelo menos já foi em tempos ou se está alugado à Renault, mas o projecto levava para que a Câmara adquirisse aquele terreno e crescesse, aumentasse ainda o número de lugares. Hoje, a tipologia de equipamento financiado, isto faz-me lembrar por exemplo eu ainda há tempos li uma entrevista do Comandante dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis a dizer que os Bombeiros precisavam de fazer uma Quartel maior, mas o QREN só financia um Quartel com aquelas condições. Aqui, do ponto de vista da rede dos equipamentos culturais como você diz para estarmos incluídos numa rede nacional de equipamentos culturais essa tipologia tem de ser adaptada e, portanto, nós vamos ter de reduzir a oferta do número de lugares. Se me perguntar se isto é bom ou é mau, eu digo-lhe que prefiro ter um espaço de qualidade. Não estamos a reduzir os lugares para uma sala pequena, mas se tiver menos meia dúzia de lugares, em vez de fazer um espectáculo faço dois, aquilo que eu quero é ter uma sala de referência, uma sala de espectáculos de excelência. Portanto, é nisso que estamos a trabalhar e eu quero-lhe dizer que o mais rápido possível espero trazê-lo aqui e*

*satisfazer não só a sua mas a de todos, porque passamos a ter um espaço com mais qualidade para a oferta cultural que todos desejamos cada vez mais abrangente e cada vez melhor. Quanto à questão colocada pelo Senhor Deputado João Osório, é verdade que já aqui foi falado, aliás o CDS/PP já teve oportunidade de apresentar a sua discordância nessa altura e nós próprios também tivemos que reconhecer que termos um espaço destes fechado mesmo em Agosto não é bom e, portanto, a Senhor Vereadora Gracinda Leal reuniu a sua equipa, procuraram otimizar os recursos sem aumento da despesa, mas fazendo o maior esforço. Também dizer que nesse mês, que é o mês onde os dados estatísticos que temos em nosso poder, é o mês com menos frequência e com menos adesão e, portanto, não obriga a ter os mesmos funcionários que tem num dia normal e portanto dá para otimizar a gestão dos recursos humanos, dos funcionários, e por isso mesmo alteramos o horário, que já foi aprovado em reunião de Câmara. A mesma coisa fizemos no Centro Lúdico, também fizemos uma adaptação do horário para que ele esteja também sempre à disposição dos seus Utentes e que felizmente têm sido muitos, quer no Centro Lúdico, quer na Biblioteca. Quanto à última questão colocada pela Senhora Deputada Paula Pinto, em que falou do Hospital, nós já aqui falamos sobre isso nesta Assembleia Municipal. E da última Assembleia Municipal para esta quais foram os desenvolvimentos? Os Municípios de Oliveira de Azeméis, Arouca e Vale de Cambra, escreveram uma carta à Senhora Ministra da Saúde dando-lhe nota da concordância do concelho de Oliveira de Azeméis para a localização desta nova Unidade Hospitalar. Aquilo que nos tinha sido transmitido pelos responsáveis da Saúde é que era importante que houvesse concertação de posições e que não houvesse um ruído de fundo que perturbasse essa escolha. Como é que se fazia a concertação de posições? Era entre os Municípios que estão no estudo apontados como os Municípios que mais necessitam de uma nova Unidade Hospitalar, neste caso concreto, de Arouca, Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis. E foi isso que fizemos e trabalhamos em conjunto com o Artur Neves de Arouca, o Presidente da Câmara de Arouca, o José Bastos, de Vale de Cambra e nós próprios da Câmara de Oliveira de Azeméis e escrevemos essa carta à Senhora Ministra, uma carta que até leva os três logótipos dos três Municípios para demonstrar esta coesão e concertação de posições. Mas, conforme eu também já disse aqui, este é o primeiro passo de muitos passos, de muitas decisões, de muito trabalho que temos que fazer até estar tudo devidamente enquadrado, ou seja, a decisão sobre a localização suportada no estudo que foi feito aponta para o nosso concelho, era importante na fase seguinte recolher a concordância dos autarcas e isso foi conseguido, está um passo, mais passo, mais uma setinha, mais um visto que podemos fazer, mas não podemos descansar um segundo que seja, temos que estar atentos, vigilantes e sempre a trabalhar. E também nesta matéria, até porque foi constituído por proposta do Partido Socialista um grupo de trabalho, dizer que o grupo de trabalho é constituído quer pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, quer por mim próprio, pela Dra. Helena Terra, Dra. Gracinda Leal, Dr. Miguel Portela e penso que é a Dra. Helena Santos do Partido Socialista e o Francisco Borges do PSD. Eu espero que esse grupo de trabalho possa reunir, ter a sua primeira reunião já na primeira ou na segunda semana de Março para definirmos a estratégia, a metodologia a seguir*

*e a quem devemos pedir audiências, com quem devemos trabalhar para conseguir concretizar este objectivo e outros, porque na área da saúde como sabem nós temos também em obra neste momento o novo Centro de Saúde de Oliveira de Azeméis e temos também outras temáticas, por exemplo ests das USF, que podemos discutir também, aprofundar, porque sendo um grupo destinado às questões da saúde elas não se esgotam só novo Hospital, existem muitas outras. Senhor Presidente, penso ter dado todos os esclarecimentos que me foram solicitados, muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====*

*===== Boa tarde. Tomei nota com apreensão de uma contra-ordenação que é movida à Câmara por despejo incorrecto de águas residuais. Isto chamou-me à atenção, para que conste venho dar conta das dificuldades que continuamos a ter no serviço de cisterna e limpeza de fossas. Também já respondi por dois processos movidos pela Brigada do Ambiente e não tenho intenções, queria mesmo não voltar a ser incomodado por isso. Um, directamente, em que nos vimos com muita dificuldade em nos livrar dele e outro que foi um privado que foi de alguma forma molestado e foi para Tribunal e atirou as responsabilidades para a Junta e vimo-nos também com algumas dificuldades para nos livrar-nos destas questões. Nós continuamos com problemas, para a freguesia toda temos um local autorizado para despejo, resulta que esse local é ecologicamente aceitável e que vai directamente para tratamento, no entanto é longe, tem acessos muito difíceis, o material desgasta-se constantemente, nós não aguentamos ou então temos de repercutir nos fregueses estes custos. Estamos mesmo com muitas dificuldades. Tal acresce que o terreno por onde passa esse emissário é particular, é privado e o proprietário já ameaçou de que vai fechar/ vedar o terreno. Nós estamos já a dar conta aos condomínios, sobretudo nas habitações colectivas, que estamos na iminência de suspender este serviço. Portanto, se ouvirem falar que a Junta de Freguesia de S. Roque suspendeu o serviço de cisterna, não se admirem. Este era um ponto que eu queria falar. Outro ponto que eu também gostava de falar, até gostava de nem falar mas acho que devo falar, lamentando naturalmente o incêndio que desalojou uma família em S. Roque, uma família em todos os sentidos carenciada. Aproveito para reconhecer o serviço de todas as entidades envolvidas, desde os bombeiros, que foram impecáveis, as pessoas estavam mesmo muito satisfeitas com o serviço dos bombeiros, também foi rápida a GNR, a Comissão Social de Freguesia, a Junta e prontamente a Câmara que também respondeu dentro das medidas dos possíveis. É reconfortável sentir que estas estruturas funcionam e também dá algum conforto reconhecer que isto funciona, quando tudo falha pelo menos a parte social, o apoio social não falta. Outro assunto que queria chamar a atenção, é o GAM sobre Rodas, e sem prejuízo de continuar a defender que este serviço há-de um dia vir a pertencer às Juntas de Freguesia, porque acho que era um serviço que devia ser prestado pelas Juntas, mas enquanto não for e agora que estávamos a adaptar à ideia deste*

*serviço próximo das populações, somos confrontados de que este serviço foi suspenso, não sei se continuará suspenso e gostava de saber o que é que se passa, porque gostaríamos de colaborar. Se este serviço for para continuar, nós queremos divulgá-lo, porque acho que devemos tirar proveito dele, isto resulta de um grande investimento da Câmara, há aqui um grande investimento que eu penso que era melhor se fosse prestado pelas Juntas, mas enquanto isso não for possível pelo menos que este serviço funcione, que nos digam se funciona para nós divulgarmos, porque eu sinto que as pessoas gostam de vir a Oliveira de Azeméis mas se este serviço puder ser prestado “in loco” com certeza que as pessoas ficariam muito mais agradecidas. Gostava que me disse alguma coisa sobre isto, se é para continuar, se não é para continuar, se com formação as Juntas podem prestar este serviço, que era o que eu preferia, mas se não for assim, fico a aguardar. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Muito boa noite. Eu hoje começava por fazer um pedido à Câmara, porque há ali um painel publicitário no entroncamento entre a Rua Manuel Alegria e a Rua Manuel Brandão, quem vem ali do lado do Gemini, que tapa a visibilidade em relação ao trânsito que vem de baixo, obriga-nos a meter o carro dentro da faixa de rodagem para ver melhor se queremos virar à esquerda e acho que era importante girar um bocado o sinal de maneira a se tornar aquilo mais visível. Agradeço ao Portal Geográfico, foi importante para descobrir o nome das ruas, que está inserido no site, acho que é uma mais-valia, até para mim para conseguir especificar melhor esta situação. Também trazia aqui outro assunto, que era relativamente a S. Martinho da Gândara. Eu sei que o Senhor Presidente da Junta já está ao corrente dele, também concorda, mas queria incentivar aqui um pedido de muitos populares de S. Martinho, que é dar o nome da D. Diva Freire, que foi uma benemérita da terra e gostavam de lhe dar um nome. Vinha aqui dispor o CDS para ajudar a que isso se torne realidade, penso que é também um anseio da própria Junta, se não me engano, podem contar connosco para isso. Trazia aqui mais um tema que já foi falado pela Enf.ª Paula Pinto, que o Senhor Presidente da Câmara também já falou nele, vinha dizer que nem sempre é preciso fazer muito ruído para que as coisas sejam feitas. Está-se a ver já algum trabalho realizado, o acordo entre as Câmaras foi importante, estamos no bom caminho, temos que fazer, como disse o Senhor Presidente, continuar a trabalhar porque se alguém parar podem-nos passar à frente. Muito obrigado. ===*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====*

*===== Boa tarde a todos. No próximo dia 6 de Março, iniciar-se-á mais um Ciclo da Primavera, que contará com a presença de David Fonseca, como cabeça de cartaz. Artista de*

*renome e que vem a Oliveira de Azeméis apresentar a seu último disco, o que nos deve orgulhar, pois tem muitos fãs entre nós. Entre música, dança e teatro, os Oliveirenses e todos os que gostam de Cultura, poderão assistir a grandes espectáculos, em Oliveira de Azeméis. Com esta iniciativa, que já vai na sua 9.ª edição, Oliveira de Azeméis está a crescer culturalmente, o que significa, sem dúvida, que estamos no bom caminho. Efectivamente, queremos muito mais, mas é necessário escolher bem a programação, o que tem acontecido, pois são espectáculos reconhecidos a nível Nacional. Mais uma vez realizar-se-á o Concurso Nacional de Instrumentos de Sopro, também um grande espectáculo com enorme projecção e participação nacional. O programa deste ano é bastante abrangente, pois teremos espectáculos para todas as idades. Foi com bastante satisfação que ouvi o Senhor Presidente da Câmara Municipal, afirmar que quer ter espectáculos culturais todos os meses, mas acima de tudo, espectáculos protagonizados pelas diversas associações do nosso concelho. Se assim acontecer, estou certo que todos ficamos a ganhar, as associações promovem a seu magnífico trabalho e a população fica a conhecer a riqueza cultural do nosso concelho. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Ana Neves, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. Poucos imaginariam há uns anos que o Carnaval viesse a ter em Oliveira de Azeméis a visibilidade, o protagonismo e o impacto que tem actualmente. De facto, o desfile de Carnaval organizado pela FAMOA e que conta com a extraordinária participação de inúmeras associações de todo o concelho é um caso fantástico de sucesso que merece ser aqui realçado e aplaudido pela Assembleia Municipal. O curso deste ano não foi uma excepção e terá sido, provavelmente, o melhor que alguma vez já se realizou por cá, contando com mais carros alegóricos e mais participantes e, sobretudo, com muita imaginação, muito humor e muita alegria. Os Oliveirenses, esses aderiram em massa enchendo as nossas ruas para assistir ao curso. Este é um evento que merece ser acarinhado pela autarquia pois consegue, como poucos, uma mobilização extraordinária. Aproveito aliás, Senhor Presidente de Câmara, para sugerir, uma vez que tanto quanto sei estará a ser repensado o modelo para o cortejo do carnaval das escolas, para que o mesmo seja integrado neste grandioso desfile potenciando ainda mais este momento de grande interesse cultural. Aqui fica, em nome da bancada do PSD e julgo que de toda a Assembleia, registada a nossa satisfação pelo sucesso do evento, um sucesso a que não é alheio o dinamismo da Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis e de todas as associações que durante meses se prepararam para nos brindarem com a sua criatividade e alegria. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Dra. Helena Santos, do PS. =====*

===== *Espero que tenham tido uma boa tarde, desejo-vos uma boa noite e já agora um bom fim-de-semana. A minha intervenção vai ser breve e prende-se essencialmente com alguns aspectos que já foram aqui abordados e em parte respondidos, mas não totalmente como eu pretendia colocar a questão. E tem a ver precisamente com o facto de na última Assembleia se ter aprovado uma Comissão Municipal de Saúde e a minha estranheza por ter passado este tempo até uma nova Assembleia e não ter havido nenhum contacto, nem nenhuma marcação de reunião, nem sequer a tomada de posse dessa Comissão. O Senhor Presidente, já anunciou que pretendia em breve, no entanto eu gostaria que essa data ficasse mais precisa e eu gostava mesmo de compreender também, se fosse possível, qual foi realmente a razão da demora deste processo. A pertinência deste assunto de certa forma até já foi respondida, mas tornou-se mais pertinente pelas intervenções que aconteceram aqui anteriormente, porque realmente como nós constatamos esta reforma da saúde é uma reforma profunda, mexe com organizações, com pessoas, com instituições, com hábitos e vai com certeza trazer algumas dificuldades, algumas dúvidas, daí ainda mais importante esta tal Comissão, que toda a gente aprovou e reconheceu como importante, mas que na minha opinião já devia ter começado a reunir. Não pretendia falar da nova Unidade de Saúde Familiar, acho que vai ter tempo de ser anunciada, de qualquer forma como o Senhor Presidente falou dela, só queria fazer uma correcção, é USF Salvador Machado e não Dr. Salvador Machado, é um bocadinho diferente e as diferenças estão anunciadas no motivo do nome da USF. Esta questão dos nomes acho que é pertinente, porque inclusivamente houve uma USF que foi noticiada num jornal com o nome errado, portanto os nomes são os nomes e os nomes são importantes. Em relação às obras do Centro de Saúde e às outras notícias, eu tenho ouvido realmente e tenho constatado pela comunicação social, mais uma vez para mim é um pouco desagradável ir constando essas coisas através de outros órgãos, quando poderíamos estar inteirados dela em sede própria e, portanto, nesta tal Comissão que se pretende que comece a funcionar brevemente. Quanto às obras do novo Centro de Saúde, eu tenho acompanhado mais ou menos por perto, como tal até por ser funcionária, e parece-me que vão decorrendo dentro daquilo que é esperado. Já houve duas reuniões, posso informar a Assembleia, em que os vários Coordenadores foram contactados para escolher material, etc., uma na ARS e outra em sede da obra. Portanto, espero que essa obra chegue a bom termo e fique concretizado nos prazos legais, porque bem necessária é. A saúde traduz e reflecte todas as questões na sociedade, daí ser tão importante e tão pertinente. Tudo afecta a saúde e a saúde é o resultado de tudo quanto passa numa comunidade. Era só, muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Hermínio Loureiro, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====*

===== *O Senhor Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, falou, aliás já teve a oportunidade inclusive de nos transmitir a sua preocupação, preocupação que a*

*partir do momento que a transmite não é do Senhor Presidente da Junta é de todos nós e, portanto, vamos ter que encontrar uma solução para resolver, teremos que em conjunto e cá estaremos encontrar uma solução. Será sempre uma solução provisória como é evidente, atendendo ao objectivo que temos de dotar o concelho de rede de abastecimento de água e de saneamento básico. Evidentemente que poderão os Senhores dizer que ainda não foram tomadas nenhuma decisões ou opções relativamente a essa matéria, porque sendo uma questão estruturante e prioritária e atendendo às sucessivas alterações da legislação nessa matéria e do enquadramento das opções que venham a ser tomadas, é uma decisão que passará também por esta Assembleia Municipal e que terá que ser uma decisão tomada com toda a responsabilidade, com toda a ponderação, porque será, conforme os Senhores todos reconhecem, uma questão de estratégia, de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida do concelho. Até lá, temos que ir remediando as situações, de forma precária e aí o papel das Juntas de Freguesia tem sido relevantíssimo, todas elas, todas as Juntas de Freguesia, procurando encontrar essas mesmas soluções e será isso que vamos fazer também na freguesia de S. Roque, conjuntamente com o Senhor Presidente da Junta Senhor Amaro Simões. Relativamente à questão da tragédia que ocorreu em S. Roque, confirmo a extraordinária prestação dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, de todas as Forças de Segurança e a relação, que não pode ser de outra forma, que existiu logo que se teve conhecimento entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. A Câmara Municipal imediatamente despoletou os serviços de Protecção Civil, tendo em conta o risco que o próprio edifício continha e ao mesmo tempo despoletou os mecanismos de índole social para resolver o verdadeiro drama social, que para além do incêndio e do sinistro que ocorreu, havia antes e há depois um problema social gravíssimo e que para o qual todos temos que contribuir e resolver. Também já agora dizer que no entretanto aconteceu uma tragédia semelhante em Nogueira do Cravo, neste caso não foram os Bombeiros de Oliveira de Azeméis, foram os Bombeiros de Fajões, e também imediatamente a Junta de Freguesia, a Câmara Municipal, os serviços de Acção Social e Protecção Civil estiveram no terreno. Eu acho que esta é a nossa missão, é assim que temos que trabalhar, infelizmente quando estas coisas ocorrem temos que saber dar resposta e minorar os danos, quer físicos, quer materiais e nomeadamente as questões sociais. Quanto à questão do “GAM sobre Rodas”, eu concordo com o Senhor Amaro quando ele diz que este é um trabalho de persistência, já aqui falamos nesta Assembleia Municipal e, portanto, uma interrupção desse trabalho coloca a perder o esforço que vinha a ser feito de divulgação, a criação do hábito do cidadão resolver o problema desta forma. Há aqui duas ordens de razão para esta interrupção, que eu espero que ela seja a mais curta possível. Uma delas, prende-se e já discutimos aqui, até discutimos e de que maneira e até de forma acalorada, a questão do Mapa do Pessoal. Acontece que os serviços que estavam a ser prestados estavam a ser prestados por uma forma de contratação que a Câmara Municipal tinha resolvido, que tinha a ver uma com uma empresa de trabalho temporário e esse contrato terminou e não havia possibilidade legal de renovar esse contrato. Estamos à procura de encontrar soluções, sendo certo que estamos limitados pelo Mapa de Pessoal que aqui foi*

*amplamente discutido e depois aprovado, para que se possa colocar quer o “GAM sobre Rodas”, quer também colocar mais pessoas no Gabinete de Apoio ao Atendimento, ou seja, alocar mais funcionários do ponto de vista da mobilidade interna no Gabinete de Atendimento ao Município, nomeadamente ali no rés-do-chão do edifício principal da Câmara, que em dias de ponta, em dias de último dia de prazo para pagamento de água e de outras coisas é muita gente e, portanto, temos este hábito de guardar tudo para o último dia, mas quem não faz isso, todos fazemos e não vale a pena apontar aqui o dedo a ninguém. Mas, também dizer-lhe que estamos a procurar outros serviços, Senhor Amaro, e por exemplo o novo site da Câmara é hoje uma ferramenta que pode ser utilizada, ainda está a dar também os primeiros passos nomeadamente o atendimento online, resolvendo muitos problemas, esperemos que cada vez mais possam ser resolvidos com o Cartão do Cidadão na nossa residência e evitar a deslocação das pessoas ao Município. Depois há um outro problema, este tem a ver alocação dos recursos humanos e o outro tem a ver com o protocolo com o Entre o Douro e Vouga Digital que precisa nestas matérias, inclusive quando se tem uma viatura na rua não se pode correr riscos, se não só nos lembramos de “trancas na porta quando a casa é roubada”, não é assim que se diz, e também aí temos que rapidamente colocar o preto no branco da renovação do protocolo com o Entre o Douro e Vouga Digital, mas aquilo que queremos é que rapidamente o serviço volte à estrada, se assim podemos dizer. Quanto à questão do Dr. Miguel Portela, ela já tinha chegado à Câmara Municipal por outras vias e, portanto, vamos mandar retirar o painel publicitário, tem toda a razão, prejudica, para entrarmos na estrada temos que fazer uma pequena transgressão, sempre feita com muito cuidado para evitar danos maiores. Tem toda a razão e, portanto, nessa matéria vamos proceder à retirada do painel. Também dizer-vos que nós estamos a ultimar esforços para que o Município de Oliveira de Azeméis aceda e tenha uma oferta, entre muitas outras novidades que cá traremos a seu tempo, mas está já bastante adiantada, que é aderirmos ao programa “A minha Rua”. Eu lembro-me que na Assembleia nós tínhamos um Senhor do Público, que era o Senhor Matias, que vinha à Assembleia Municipal e dizia “eu vou falar da minha rua”, era assim que ele dizia e não sei se alguém inspirado no Senhor Matias criou este programa a nível nacional que se chama “A minha Rua”, que é um portal a que vamos aderir e que permite ao Município, ao Cidadão, fazer achegas, críticas, sugestões, que às vezes não tem uma forma tão expedita de a fazer, ou não fala com o Senhor Presidente da Junta, ou não encontra ninguém na rua com responsabilidades e pode fazê-lo agora também através desse portal na internet. Só estamos a ultrapassar questões burocráticas para podermos também oferecer esse serviço “A minha Rua”. A questão do Eng.º Filipe Carvalho relativamente ao Ciclo da Primavera, eu já há pouco quando respondi ao Senhor Deputado José Lourenço, dei nota daquelas que eram as orientações do ponto de vista da estratégia da oferta cultural, que queremos que ela seja diversificada e queremos também que as associações do nosso concelho possam, ou no Ciclo da Primavera ou noutras iniciativas, ter oportunidades de mostrar a qualidade do trabalho que é desenvolvido. A Vereadora Dra. Gracinda Leal, já reuniu com as Bandas de Música, já reuniu com os Grupos de Teatro, já reuniu com outras actividades da*

dança, do ponto de vista cultural, para procurarmos otimizar e também partilhar experiências no nosso concelho, porque muitas vezes estas associações trabalham na mesma área e estão de costas voltadas e não há necessidade nenhuma disso, acho que devemos concertar esforços, devemos concertar posições e também nesta matéria o trabalho está a ser feito. Quanto à Ana Neves, acho que subscrevemos todos integralmente aquela que foi a sua intervenção, acho que foi um momento de alegria, de boa disposição, o S. Pedro ajudou, ameaçou no dia anterior, depois no domingo de manhã ainda deu um ar da sua graça, mas depois lá deixou o excelente Corso de Carnaval desfilar pelas ruas da cidade. É evidente que a estimativa dos números que nos chegaram, o cortejo foi acompanhado pelas Forças de Segurança, os organizadores e outras pessoas que têm experiência na organização de eventos culturais de grandes massas, este número não é meu mas também não o inventei, fala-se de quarenta mil pessoas que assistiram ao Corso. Se assim foi, é um número fantástico, tendo em conta à história que o Carnaval tem em Oliveira de Azeméis acho que nós devemos estar todos de parabéns pela qualidade do trabalho que tem vindo a ser feito. Evidentemente que a FAMOA tem que recolher, e na pessoa do Senhor Grifo, esse aceno de simpatia, mas evidentemente que ele é extensivo a todos aqueles que dias e noites, horas ao frio e à chuva, preparam o Carnaval, que tem vindo a crescer e que se tem vindo a afirmar. Quanto à questão do Carnaval das Escolas, do Carnaval das Crianças, como sabem este ano decidiu-se não se fazer um curso específico para as crianças, o compromisso que já foi assumido é que para o ano se fará, com a mobilização e com o envolvimento de mais escolas, nomeadamente escolas públicas, havia escolas privadas, instituições particulares de solidariedade social que tinham as suas crianças preparadas, mas havia também, para além das questões de segurança do ano anterior, uma fraca mobilização. Portanto, compete-nos a nós fazer essa dinamização, essa mobilização e por isso para o ano seguramente vamos ter mais um momento para além do desfile normal, vamos ter também o Carnaval das nossas Crianças. Quanto à intervenção da Dra. Helena Santos, agradeço ter corrigido o pormenor de Salvador Machado para Dr. Salvador Machado. Mas deixe-me dar-lhe aqui uma nota que julgo que é importante: esta Comissão não se vai substituir a ninguém, esta Comissão é um grupo de trabalho que vai reflectir, que vai pensar, que vai definir estratégias, mas a Câmara Municipal existe, tem Vereadores, a Assembleia Municipal existe, tem os seus Membros, toma as suas decisões. É evidente que é um grupo importantíssimo de aconselhamento, de “lobby” positivo, para reflectirmos, para trocarmos impressões, para depois actuarmos e definirmos as estratégias. Portanto, dizer-lhe que as razões que levaram há ainda não convocação foram razões de ordem logística, mas como lhe digo até ao dia 15 de Março e até seguramente no final desta Assembleia, estes Membros estão cá todos, pegamos nas agendas, marcamos a reunião e definimos depois até a metodologia, se calhar não vale a pena atendendo à pertinência dos problemas, vale a pena criarmos um dia fixo por mês para reunirmos e depois sempre que se justificar também voltarmos a reunir, porque há muitos problemas e aí estamos completamente de acordo e o trabalho é enorme que temos pela frente nesta área da saúde. Se fosse só na área da saúde, mas temos muitos outros também para

*resolver também. Senhor Presidente, desculpe, mas de alguma forma julgo que respondi a todas as questões que foram colocadas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Campos, do PSD. =====*

*===== Muito boa noite a todos. A propósito das comemorações dos duzentos e onze anos do Concelho de Oliveira de Azeméis, foi apresentado o livro “Presidentes da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis”. “Esta publicação, que reúne as biografias de todos os Presidentes de Câmara ao longo de mais de dois séculos de vida do nosso concelho, É um trabalho de reconhecimento que se impunha, e já tardava”. Estas palavras foram escritas pelo actual Presidente da Câmara no prefácio do livro, e na minha opinião retratam bem o espírito e a importância do mesmo. São duzentos e onze anos de história, que inevitavelmente tem a marca de todos estes homens, cuja biografia e principais contributos podemos agora conhecer melhor. E são duzentos e onze anos dos quais todos os Oliveirenses se podem orgulhar. Este notável livro serve de homenagem aos antigos Presidentes de Câmara, mas é também, e sobretudo, um importante documento, que nos permitirá a todos conhecermos melhor o passado de Oliveira de Azeméis. Aos mais jovens, deixo um desafio, o de através deste livro, tentarem conhecer melhor o concelho, e tudo aquilo que foi sendo construído ao longo destes mais de dois séculos. Trata-se de um exercício que considero importante, pois para nos sentirmos enraizados, seja no que for, e por maioria de razão enraizados na nossa terra, é importante conhecermos a História da mesma. Em suma, os Oliveirenses podem de facto sentir-se orgulhosos da sua história mas, e acima de tudo, podem sentir confiança no presente e no futuro. O nosso concelho está seguramente no pelotão da frente. De facto Oliveira de Azeméis é um concelho de gente empenhada, de gente trabalhadora, onde o empreendedorismo económico e social é testemunhado diariamente pela nossa actividade empresarial, pela força do nosso associativismo e pela nossa pujança económica. Por fim, queria deixar uma palavra de profundo reconhecimento e agradecimento ao autor e demais pessoas que colaboraram para a realização deste livro. Reconhecimento pelo excelente trabalho de investigação levado a cabo e que permitiu a concretização da obra; e agradecimento, pelo facto de a obra em si permitir aos Oliveirenses de uma forma simples e documentada conhecerem a História do Concelho. Penso que é também importante realçar a reformulação do site da Câmara Municipal, pela actualidade da questão. Está de facto de parabéns a Câmara Municipal. Hoje em dia, as plataformas tecnológicas de acesso à informação tornam-se cada vez mais importantes, tanto mais que os cidadãos recorrem mais a este tipo de ajuda. E também neste domínio, não tenho dúvidas que as Câmaras Municipais que conseguirem ter uma estrutura tecnológica diferenciada e de qualidade, se vão afirmar. O novo layout do site está do ponto de vista do utilizador muito mais apelativo e tem uma estrutura tecnológica mais adaptada aos dias de hoje. Para além disto, possui um conjunto de funcionalidades essenciais e de grande utilidade: - A*

*introdução de novas ferramentas de interacção com os utilizadores, permitindo que através do site as pessoas possam consultar documentos, efectuar requerimentos ou proceder à leitura da água, bastando que para esse efeito usem o seu Cartão de Cidadão; - A possibilidade do município ser atendido online, através de um sistema de conversação com um operador do Gabinete de Atendimento ao Município, vem também permitir às pessoas realizarem um conjunto de tarefas, sem necessitarem de sair da sua própria casa. Este site é igualmente muito importante para a divulgação e promoção dos inúmeros eventos realizados pela autarquia, permitindo desta forma a todos os que consultam a página, ficarem a conhecer a quantidade de eventos e a própria dinâmica que o concelho hoje possui. Para terminar a minha referência ao site, penso ser igualmente importante destacar a edição digital do Boletim Municipal, deixando o mesmo de ser publicado em papel e que desta forma permite também a racionalização de custos com as vantagens daí resultantes, bem como permite que o mesmo fique disponível a todos os cidadãos. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS, que disse: =====*

*===== A razão da minha intervenção prende-se com uma situação que ocorreu a algum tempo na freguesia de Fajões, que é do conhecimento de V. Exa. e que eu não poderei deixar em claro, porque de facto senti alguma perplexidade perante a posição que V. Exa. tomou relativamente ao assunto. Eu não sei se efectivamente essa questão já está ultrapassada, porque de facto veio aqui o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e relativamente à questão que eu vou levantar não referiu qualquer situação ou qualquer avanço na resolução deste problema e vai-me perdoar se de facto esta minha intervenção é extemporânea. O problema que aqui se põe, como todos já perceberam, é o facto da Junta de Freguesia de Fajões ter os seus recursos financeiros penhorados devido a uma dívida no valor, tanto quanto é propalado nos jornais, de € 95.000 (noventa e cinco mil euros) a um construtor deste nosso concelho. Foi feita a denúncia da situação pelo Senhor Presidente da Junta, nesse aspecto presto a minha inteira solidariedade, até para avisar os Fajoenses da situação grave em que se encontrava a Junta de Fajões. Houve ali alguma “troca de galhardetes” relativamente à situação assumida pelo anterior Presidente de Junta e o que todos nós ficamos a perceber é que a dívida resultaria já dum prestação de serviços reportada a 2005, consubstanciada no asfaltamento de uma estrada municipal. Mas o que mais me causou estranheza foi de facto a posição de V. Exa., Senhor Presidente da Câmara, dizendo simplesmente o seguinte: “eu pago o que está protocolado”. Ora, nas intervenções que o Senhor Presidente teve relativamente a outras matérias, nomeadamente à questão do Amaro Simões e outras, o seu discurso, Senhor Presidente da Câmara, pautou-se até por uma forma muito colaborante relativamente a todas as questões. Eu até tive a preocupação de escrever algumas das frases de V. Exa., nomeadamente dizendo que “vamos ultrapassar este tipo de constrangimentos”, “é um problema de todos nós”,*

“vamos encontrar uma solução”. Ora bem, Senhor Presidente, eu acho, e esta é a minha opinião e penso que também será a opinião dos meus colegas, “lavar as mãos como Pilatos” numa situação em que a Junta de Freguesia de Fajões vive uma situação ímpar de uma dificuldade extrema, essa preocupação já me foi transmitida pelos próprios autarcas e não só do PSD, mas também do PS e dos Independentes, em que neste momento nós temos a Junta de Freguesia de Fajões numa situação de completa ingovernabilidade, ou seja, não há sequer dinheiro, face à penhora de que foi alvo a Junta de Freguesia, de solver as despesas correntes quanto mais fazer investimento. E de facto isto é uma questão que preocupa, mas o cerne da questão, V. Exa. poderá estar a pensar assim “isto é uma situação clara, eu não tenho responsabilidade nenhuma, a dívida foi contraída pela Junta de Freguesia e eu só tenho que pagar o que está protocolado”. Mas vamos agora mais além do que isto e vamos pensar no seguinte: este dinheiro, Senhor Presidente da Câmara, foi aplicado em quê? Asfaltamento de vias municipais. De quem é a responsabilidade pela conservação das estradas municipais? É da Câmara Municipal, é do Município e essa responsabilidade só será transferida para a Junta de Freguesia protocolado e aí o Senhor Presidente da Câmara, está a falar ali com o Dr. Ricardo Tavares, e diz assim “bom, se a Junta de Freguesia faz sem nenhum protocolo assinado pela Câmara Municipal, a responsabilidade é da Junta”. E diz agora “eu só pago o que está protocolado, esqueço completamente tudo aquilo que se passa em Fajões e então o que eu devo são € 27.000 (vinte e sete mil euros) e mais quatro ou cinco mil euros e não devo mais nada.” Eu quero fazer um apelo, eu não concordo, não posso deixar de reprovar este tipo de comportamento por parte de V. Exa. e tenho a certeza que este comportamento será objecto de uma necessária reponderação, porque acima de tudo o trabalho e o dinheiro que lá foi gasto, foi gasto por um bem municipal. V. Exa., poderá questionar e dizer assim “mas eu não faria assim, essa não é a minha prioridade, a Junta de Freguesia substituiu-se sem estar protocolado”. De qualquer forma, eu acho que V. Exa. deve, não sei se o fez já, se fez já se calhar é extemporâneo, mas acho que deve reunir com o Presidente da Junta de Freguesia de Fajões, procurando uma solução para que ele possa de alguma forma minimizar o custo que está a ter. Em segundo lugar, eu penso que a Câmara Municipal não pode e sendo verdade o que o anterior Presidente da Junta de Freguesia diz que lhe foi prometido, embora verbalmente, eu penso que as promessas verbais também são para cumprir, a não ser que sejam não sérias. Portanto, queria-lhe também perguntar se de facto V. Exa. fez alguma indagação junto do anterior Presidente da Câmara, no sentido de averiguar se houve ou não um compromisso, mesmo que o mesmo tenha sido verbal. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José da Silva Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Fajões. =====

===== Senhor Presidente, quero agradecer ao Senhor Dr. Fernando Pais a preocupação que tem com a Junta de Freguesia, também quero agradecer-lhe a preocupação financeira que

*tem com a Junta de Freguesia, outras pessoas se têm manifestado nesse sentido. É preocupante, não vamos dizer que não é preocupante, é preocupante demais para ser verdade, a verdade é que muita gente deturpa também aquilo que ali se passa. Já ouvi dizer que as contas da Junta de Freguesia estão todas congeladas, o que não é verdade, está uma parte do dinheiro que temos que receber do Fundo de Financiamento das Freguesias e também já ouvi dizer que esta dívida é uma dívida que estava devidamente conversada. Como testemunha número um deste assunto, devo dizer o seguinte: aquilo que estava conversado, ou parece-me que estava conversado e depois protocolado com o antigo Presidente da Câmara, eram quatro obras e dessas obras foram depois executadas onze obras. Por muito que precise que vocês me ajudem, valha-nos a honestidade. Acho que qualquer dia vamos vir todos por aí abaixo para a Câmara Municipal dizer que o Senhor Presidente da Câmara prometeu que ia lá fazer qualquer coisa especial, e até pode ter prometido, mas acho que as coisas devem ser protocoladas, para mim e para os outros. Penso que no meio disto tudo, esta preocupação que me sensibiliza, aliás queria deixar uma palavra para a Dra. Helena Terra e até neste momento lhe queria dar os parabéns porque vai ser empossada agora no Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, parece-me que é ela que vai para lá, aproveitava a oportunidade para lhe dar os parabéns. Fico satisfeito pela vossa preocupação, mas acho que os representantes da Câmara Municipal podiam ter ultrapassado esse facto com uma proposta se calhar de um subsídio que ajudasse a Junta de Freguesia a ultrapassá-lo. Portanto, penso que também aqui, como dizia aqui a Senhora Dra. há bocado e o Senhor Presidente das Câmara, podíamos estar perfeitamente em consonância. Todos os meus colegas estarão certamente, eles sabem o que é sofrer, sabem o que são pequenas empresas a pedir e nós a sabermos que precisam do dinheiro para comer, sabemos disso e, portanto, acho que seria uma boa iniciativa que os Vereadores da Câmara Municipal partissem numa próxima reunião para uma situação destas. Quero deixar aqui o meu agradecimento pela vossa preocupação, mas a verdade é esta, também não devemos ultrapassar aquilo que são as nossas competências. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====*

*===== Boa tarde. Eu muito rapidamente e apesar deste período já ir muito longo, de facto não podia deixar de fazer uma referência para que vinha com intenção. Esta referência é sobretudo para saudar o Senhor Presidente da Câmara, a Câmara Municipal naturalmente, mas o Senhor Presidente pelo bom hábito que já demonstrou querer imprimir no seu mandato. Naturalmente que há muitos hábitos que querererá imprimir, refiro-me aqui a um e este é o hábito de prestação de contas à comunidade com regularidade, com assiduidade, com total abertura. Isso fê-lo após cem dias de trabalho à frente dos destinos da Câmara Municipal, cem dias que tiveram pelo meio um trabalho, que já disse aqui na última Assembleia Municipal, que eu diria hercúleo de preparação de um Orçamento para apresentar a esta Assembleia para que fosse*

*aprovado em tempo e, portanto, em que houve a necessidade de dedicação a muitas outras matérias na Câmara Municipal. O Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal, comunicaram aos Oliveirenses, apresentaram aos Oliveirenses, ou melhor destacaram um conjunto de medidas, mais concretamente cem medidas, daquilo que tem sido o trabalho feito ao longo destes cem dias, três meses e uns dias, na Câmara Municipal. Mais do que falar destas medidas, porque obviamente fê-lo o Senhor Presidente, gostaria aqui de reconhecer, até como Membro da Assembleia Municipal, mas sobretudo como Oliveirense, porque se há período em que é importante que os Oliveirenses saibam aquilo que está a acontecer no seu Município, é de facto o período de arranque do exercício de um mandato por parte da Câmara Municipal. Há um conjunto muito grande, como foi referido de acções, de projectos, de sementes que são lançadas e que naturalmente e inevitavelmente a sua visibilidade acontece a médio/ longo prazo. Portanto, para os Oliveirenses que como eu têm uma enorme expectativa no exercício deste mandato por parte da Câmara Municipal, é importante que tenhamos esta prática de comunicação permanente e aberta por parte da Câmara Municipal com todos os Oliveirenses, para que possamos de uma forma esclarecida acompanhar e perceber todo o trabalho que vai sendo feito e também naturalmente acompanharmos, fiscalizarmos enquanto legítimos fiscalizadores da actividade da Câmara Municipal aquilo que é o exercício deste mandato. Parabéns Senhor Presidente da Câmara, parabéns à Câmara Municipal por esta prática. Muito obrigado. =====*

*===== Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*

*===== Queria aqui evidentemente aproveitar esta oportunidade, porque a ser verdade o que o nosso colega de Assembleia Municipal José Santos acabou de dizer, eu não quero deixar de perder esta oportunidade de felicitar e dar os parabéns à Senhora Vereadora Helena Terra pelas funções, sejam elas quais forem, que possa vir a ter no futuro, porque como sempre fiz no passado, fico sempre muito satisfeito quando vejo alguém de Oliveira de Azeméis a assumir funções relevantes, sejam a que título for, seja em que local for e se for verdade, se isso acontecer, se se concretizar aquilo que o José Santos acabou de dizer, evidentemente que eu acho que deve ser motivo de satisfação para todos nós e eu enquanto Presidente da Câmara não queria desperdiçar esta oportunidade para o fazer e felicitar pessoalmente. Quanto às questões concretas que foram colocadas, os duzentos e onze anos, a questão do livro que foi apresentado aqui na Biblioteca Municipal, era um trabalho que já tinha sido feito, de recolha de documentação, já pelo anterior Executivo, na altura da inauguração do Arquivo Municipal. A nossa opção de editar em livro, foi depois de confrontados com o trabalho, o que fazer, guardá-lo ou divulgá-lo. E entendemos que no aniversário do concelho era interessante nós mostrarmos e publicarmos esse mesmo trabalho e, portanto, tivemos oportunidade de ter o autor que é funcionário da Câmara, que fez todo o trabalho de coordenação e de pesquisa nessa mesma*

*cerimónia e deixem-me dizer-vos que a curiosidade tem sido muito grande, porque têm sido muitas as pessoas que através de cartas, email e até pessoalmente vão à Câmara Municipal para comprar o livro, mas como sabem o livro não se vende, é uma publicação gratuita e por isso mesmo julgo que foi uma feliz iniciativa que todos seguramente estamos satisfeitos com ela. É um sinal de gratidão e de reconhecimento pelo trabalho que foi feito, todos deram o melhor que sabiam e podiam durante os duzentos e onze anos, uns com mais dificuldades, outros com menos dificuldades, uns com mais criatividade, outros com menos criatividade, mas todos deram o máximo. Quanto à questão que foi levantada, relativamente à freguesia de Fajões, Senhor Dr. Fernando Pais, as palavras que eu dirigi ao Senhor Amaro, como sabe é público a estima, consideração e apreço que eu tenho por ele, mas a relação que se tem com os Presidentes de Junta a partir do momento em que existiram as eleições, acabaram as eleições, tomaram posse, os Presidentes de Junta são todos tratados de igual forma. Evidentemente que as palavras que eu disse para o Senhor Amaro Simões, digo para o Senhor Rui Luzes Cabral, para o Senhor Armindo, para todos os Senhores Presidentes de Junta, incluindo como é evidente o Senhor José Santos. Conforme o Senhor Dr. Fernando Pais reconhecerá já foram horas e horas de conversa que eu tive com o Senhor José Santos, porque ele está verdadeiramente confrontado com um problema, mas não é só o Senhor José Santos, há muitos outros confrontados com um problema. Não sei o que é que é mais grave, há muitos outros confrontados com problemas e a serem surpreendidos, mas eu acho que nós não devemos lavar aqui essas coisas, deve-se resolver tudo de acordo com o que está contratualizado e de acordo com a legislação. Ora bem, quando o Senhor Dr. Fernando Pais fica espantado, porque eu digo que só pago o que está contratualizado, eu acho que o Senhor Dr. Fernando Pais devia ficar espantado era se eu dissesse que eu pagava tudo o que estivesse ou não estivesse contratualizado. Há aqui um imperativo de ordem legal e, portanto, se a Câmara Municipal, se o Executivo da Câmara Municipal decidisse agora vamos pagar por isto, por aquilo, mas sem nenhuma fundamentação, sem estar protocolado, nós em vez de resolver um problema, íamos arranjar dois problemas. Correcto? Agora, permita-me que cite, já não é a primeira vez que o faça porque eu julgo que é uma expressão feliz, vou citar novamente Manuel Francisco Valente na primeira Assembleia Municipal, meu caro isto não é “à la garder”, ou seja, isto não é fazer e quem vier que feche a porta. Não é, não pode ser. Repare, isto é feito com pequenos sinais. Dr. Fernando Pais, se não houver protocolo, se não houver contratualização, qualquer Presidente de Junta no momento de mais ou menor aflição, de mais ou menor problema, decide fazer e depois diz “já resolveram em Fajões, agora resolvem o meu”. Senhor Dr., eu não estou a dizer que isso vai acontecer, agora há constrangimentos de ordem legal e o Senhor conhece-os bem, o Senhor diz “vamo-nos sentar e arranjar uma solução”, pois claro vamo-nos sentar e arranjar uma solução, aliás eu tenho-me sentado muitas vezes com o Senhor José Santos, aliás o próprio Executivo, todo ele os nove Vereadores, já aprovaram uma atribuição de uma despesa que estava apresentada e justificada na Câmara Municipal para fazer face a um problema que tinha no mês de Dezembro, que fizemos a Fajões e a mais duas ou três Juntas de Freguesia mas não fizemos a todas, porque*

*temos problemas, aliás nas contas que os Senhores têm percebe-se que há problemas. Portanto, essa atenção especial foi feita. O problema está resolvido? Não está. Vamos encontrar uma solução? Vamos Dr., vamos encontrar uma solução, todos, mas vamos encontrar uma solução legal, não vamos agora por pressão mediática resolver um problema, só porque se vai à televisão, ou porque se tem acesso e se conhece o jornalista A ou o jornalista B, a gente sabe como é que estas coisas depois aparecem nos jornais e nas televisões e tal, porque eu conheço aquele e digo isto e digo aquilo, eu falo e deixo falar e a gente vai apertar com eles e eles vão pagar. Não pode ser. E repare, todos os Presidentes de Junta, todos sem excepção, e eu próprio tenho vontade de fazer coisas, quantas vezes, e se o Senhor Dr. estivesse nestas funções ou de Presidente de Junta ia ter essa tentação “vou fazer”, pegava no telefone e mandava fazer e passado cinco minutos e dizia “mas eu não tenho enquadramento”, esta palavra enquadramento acompanha-me agora nestes últimos três meses eu só ouço falar na palavra enquadramento. E o enquadramento? Onde é que está o cabimento financeiro? Não podemos, apetece-nos fazer tanta coisa, mas temos que ter essa preocupação. Eu registo a sua intervenção ponderada, registo, e vamos em conjunto, porque se calhar até vai ter que passar pelo Executivo, esta situação já foi discutida no Executivo, se calhar vai ter que passar pelo Executivo a decisão para ultrapassar este problema, mas vamos fazê-lo de acordo com a legislação para ninguém ser aqui surpreendido. Quanto à questão do Senhor Dr. António Rosa, dar-lhe nota que aquilo que eu acho que é fundamental fazermos todos no exercício das funções públicas, é há medida do tempo irmos prestando contas, às vezes as contas são boas para prestar, outras vezes não são tão boas, depois alguns queixam-se de que se usam ferramentas de marketing e de comunicação, eu acho que isso não é crime, aliás todos nós hoje somos confrontados com essas questões e em tudo na vida. Por isso mesmo, aquilo que importa é prestarem-se contas como disse e, portanto, as pessoas avaliam depois, se fez bem, se fez mal, se devia ter feito, se fez isto ou se fez aquilo. É evidente que se não se disser nada, depois também ninguém comenta, nem ninguém diz nada e, portanto, temos também que utilizar outras ferramentas que todos utilizam e então do ponto de vista da gestão pública eu acho que o País nos últimos anos tem aprendido e de que maneira de como é que se deve usar o marketing. A Senhora Dra., acompanhar-me-á na preocupação da utilização do marketing e então há políticos que são especialistas e de que maneira nessa questão e isso não é crime, é uma ferramenta hoje utilizada em todos os sectores. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, julgo que respondi a todas as questões que foram colocadas. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

*===== Antes de entrar no “Período da Ordem do Dia”, só queria dar nota aqui, daquela moção que na última Assembleia Municipal se mandou para as diversas entidades sobre o traçado IC2Sul/A32, que acusaram a recepção do ofício: da Assembleia da República da Comissão do Ambiente e Ordenamento do Território e Poder Local; os Grupos Parlamentares*

do CDS/PP, do Partido Comunista do Português, do PSD e do Partido Socialista; do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (Gabinete do Ministro); da EP- Estradas de Portugal, SA. e do Ministério das Obras Públicas Transportes e Comunicações. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Antes de entrarmos na Ordem de Trabalhos da Sessão Ordinária, temos aqui uma moção que eu vou pôr à consideração da Assembleia e que diz o seguinte: **“Processo de concessão do grau de Comendador da Ordem de Mérito ao Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues:** As Ordens Honoríficas destinam-se a distinguir em vida ou a título póstumo os cidadãos portugueses que se notabilizarem por méritos pessoais, feitos cívicos ou humanitários ou ainda por serviços prestados ao País. A Ordem de Mérito destina-se a galardoar actos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções públicas ou privadas ou que revelem interesse e abnegação em favor da comunidade. É reconhecido pela generalidade dos Oliveirenses que o Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues é um dos cidadãos que nas últimas décadas mais tem trabalhado e contribuído para a nossa comunidade. A sua acção permanente marcou a nossa terra e muitas das nossas instituições com diversas obras e actividades que em muito contribuíram para o bem-estar colectivo, quer no seu trabalho como Arqt.º e Prof., quer ainda no seu trabalho em instituições de carácter social e de apoio aos desfavorecidos. É pois justo reconhecer em vida o mérito deste cidadão, agente activo da mudança e do desenvolvimento do nosso concelho, particularmente a nível dos inestimáveis serviços prestados à comunidade no domínio da Acção Social, concretamente no apoio aos idosos e jovens através do exercício do cargo de Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis desde acerca de duas décadas. Finalmente, como docente importa reconhecer o seu mérito pois são várias as gerações que ajudou a formar. É com muita honra que as instituições e individualidades abaixo indicadas se associam para manifestar o seu apoio à proposta de concessão pelo Senhor Presidente da República do Grau de Comendador da Ordem de Mérito ao Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues. Oliveira de Azeméis 26 de Fevereiro de 2010.”

Documentos em anexo: Curriculum Vitae do Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues; moção de apoio da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis; moção de apoio da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia, moção de apoio da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis; moção de apoio dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis; moção de apoio dos Bombeiros Voluntários de Fajões; moção de apoio da Direcção do Lar Pinto de Carvalho; moção de apoio da União Desportiva Oliveirense; moção de apoio Casa Museu Regional de Oliveira de Azeméis; moções de apoio de Comendadores do Concelho”. Eu passo a ler a proposta de moção de apoio ao processo à concessão do Grau de Comendador da Ordem de Mérito ao Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues: “Moção: “A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis vem manifestar o seu total apoio à concessão do grau de Comendador da Ordem de Mérito ao Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues, pois considera esta distinção

*justíssima, não só pela grandeza da sua obra como Provedor da Santa Casa, mas fundamentalmente pela riqueza do seu currículo que traduz a sua disponibilidade e abnegada entrega a causas sociais, assim como pelos relevantes contributos que ao longo da sua vida tem vindo a prestar a inúmeras instituições do nosso concelho.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse:* =====

===== *Também foi apresentada pelos Senhores Vereadores do Partido Socialista e não teve discussão, foi aprovada por unanimidade em sede do Executivo da Câmara Municipal.* ==

===== *Colocada à votação a proposta de moção de apoio ao processo à concessão do Grau de Comendador da Ordem de Mérito ao Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues, foi a mesma aprovada por unanimidade.* =====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes da Ordem do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Votação das actas nºs 2 e 3.* =====

===== *Presente para aprovação a acta n.º 2 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 24.11.2009.* =====

===== *Presente para aprovação a acta n.º 3 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14.12.2009.* =====~

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

=====*Nesta acta, é uma dúvida que eu tenho e esclareçam-me se eu estiver enganado. No ponto número dois diz “Eleição dos Membros da Assembleia Metropolitana do Porto”, diz a acta que as urnas fechavam no limite às vinte e três horas, no entanto diz mais à frente a mesma acta que o Senhor Presidente encerrou a sessão pelas dezanove hora e trinta minutos. Ora, de facto, a sessão terminou por volta das vinte e uma horas e trinta minutos, a eleição ia decorrer das oito às onze horas, às dezanove e trinta ficaram dispensados dos trabalhosos Senhores Presidentes de Junta, mas eu penso que a Assembleia continuou. Eu acho que, e a minha dúvida, nós viemos cá para fazer uma eleição e apurar um resultado e acho que isso também devia aparecer na acta, fala que houve uma eleição mas depois não há o resultado dessa eleição. Eu acho que devia constar da acta.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal.*=====

=====*A nosso ver a acta está correcta, a eleição faz parte de outra parte. Esta sessão só tem um ponto, que é o destaque, para discussão. A eleição tem outra acta, uma cópia está no poder dos serviços. Na eleição os Senhores Presidentes de Junta não fazem parte, para eles a sessão é só um ponto.*=====

=====*Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação a acta n.º 2 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 24.11.2009, a qual foi aprovada por unanimidade.*=====

=====*A acta n.º 3 da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada em 14.12.2009 foi retirada para rectificação.*=====

=====***Ponto dois:** Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.*=====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Senhor Presidente, a informação foi distribuída, ela é densa e, portanto se alguém tiver alguma dúvida ou algum esclarecimento que queira solicitar, faça o favor.*=====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====

===== Senhor Presidente, verifica-se na informação que presta sobre o contencioso, é só uma nota que eu deixaria, não é propriamente uma situação nova, que é a grande responsabilidade do Município por acidentes de viação ocorridos nas estradas do nosso concelho. E, de facto, sem um grande rigor eu estive a ver e a responsabilidade que é pedida ao Município já atinge algumas centenas de milhares de euros, se calhar até superior. Isso já é uma situação que não é nova, é uma situação que de facto a protecção da rede viária e a conservação da rede viária se deve apresentar a V. Exa., até no seguimento do que nós falamos sobre Fajões, se deve apresentar como umas das prioridades do Município. Há aqui uma outra situação, que eu gostava de um esclarecimento mais cabal, é uma contra-ordenação da Administração da Região Hidrográfica do Centro contra o Município, exactamente por rejeição das águas residuais saídas da rede de saneamento directamente para o solo. É uma contra-ordenação cujo valor se situa ao nível da negligência nos € 38.500 a € 70.000 e com dolo de €200.000 a €2.500.000. Eu queria saber só qual é a preocupação do Município relativamente a esta matéria, porque recordo e agora parafraseando não o Francisco Valente mas V. Exa., de que uma das bandeiras das promessas eleitorais foi de facto a rede de saneamento. Queria que V. Exa. se pronunciasse quanto a esta questão, porque de facto é uma questão que nos preocupou a nós do Partido Socialista quando nós verificamos esta situação. Há uma outra situação e agora pegando no facto da intervenção do Dr. Rosa que diz que se regozijou que as prestações de contas tenham sido apresentadas com regularidade e assiduidade, congratula-se, e a forma esclarecida como todo o trabalho foi desenvolvido. Há aqui uma situação que penso que já é do conhecimento mais ou menos público, porque há um relatório do Tribunal de Contas relativamente às obras no Gemini. Esse relatório, eu estive a vê-lo, mas penso que seria de toda a conveniência que o conteúdo desse relatório fosse dado a conhecer a esta Assembleia, porque resultam lá situações de alguma gravidade política e contém também um regime sancionatório que é de particular pertinência e que nós não podemos ficar alheios. Eu gostaria que V. Exa., se entendesse, prestasse os devidos esclarecimentos a esta Assembleia e reservando-me, Senhor Presidente concordará, a fazer alguma réplica relativamente à sua explicação. Muito obrigado.

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Relativamente à questão das parte do contencioso, é verdade, tem os processos que tem e estes processos, nomeadamente os que se prendem com danos em viaturas e outros

*danos decorrentes da rede viária, são preocupantes, tem a ver com a responsabilidade civil, é feita a análise e a tramitação de todo o processo e aquilo que importa é evidentemente ter uma rede viária em condições, sem buracos, o que nesta fase do tempo que estamos a viver é quase impossível, porque para além de não se poder recompor as vias a sua recomposição é sempre muito provisória e deixa sempre a desejar, mas aquilo que nós queremos é não só pelos problemas do contencioso mas acima de tudo porque queremos que os Oliveirenses tenham boas vias de comunicação, os Oliveirenses e todos aqueles que passam pelo nosso concelho. Essa preocupação é uma obrigação mais global, mais abrangente e também para isso temos vindo a trabalhar no sentido de evitar que estas situações ocorram. Quanto à questão que colocou do Largo do Gemini, dos trabalhos a mais e das notificações de que a Câmara Municipal foi alvo, dizer-lhe que é um processo que está em curso e que há-de ser no caso de ter desenvolvimentos, há-de ser discutido aqui na Assembleia Municipal e os Membros da Assembleia Municipal terão evidentemente conhecimento dessa mesma situação. Como sabe é uma matéria que se refere aos dois mandatos anteriores, foi a Câmara Municipal, eu só posso falar pela Câmara Municipal, a Câmara Municipal exerceu dentro dos prazos legais a sua defesa, dando um conjunto vastíssimo e significativo de explicações que estavam a ser solicitadas. Vamos aguardar, vamos aguardar serenamente e vamos todos esperar que as explicações que foram dadas, quer pela Câmara Municipal enquanto entidade e quer depois individualmente por cada um dos citados, possam satisfazer, esclarecer as questões que foram colocadas. Nesta altura, julgo que não é oportuno, o processo está em curso, não é oportuno que ele seja aqui discutido e seguramente que logo que ele esteja concluído de uma maneira ou de outra, esperemos que corra tudo e que seja tudo devidamente esclarecido, aí sim, Senhor Dr., vamos conversar, vamos discuti-lo e vamos obviamente depois tirar conclusões sobre aquelas que foram as opções tidas na altura. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

*===== **Ponto três:** Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas – Conhecimento. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Em cumprimento da recomendação nº 1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção, publicada na 2ª série do Diário da República, nº 140, de 22 de Julho de 2009, o Município de Oliveira de Azeméis procedeu atempadamente à elaboração do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; Conforme determina a referida Recomendação, foi o mesmo enviado/ expedido no dia 29 de Dezembro p.p. ao Conselho de Prevenção da Corrupção e aos demais órgãos de superintendência, tutela e controlo - Tribunal de Contas, Presidência do Conselho de Ministros, Ministério das Finanças e Administração Pública, Inspecção-Geral das Finanças, Inspecção-Geral da Administração Local. Assim, proponho: Que se submeta ao Órgão Executivo para*

conhecimento e respectiva aprovação, devendo do mesmo ser dado conhecimento ao Órgão Deliberativo.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Senhor Presidente, este é um assunto que se tem que dar conhecimento à Assembleia Municipal. Já falamos nele, julgo que foi na Assembleia Municipal de Dezembro, portanto, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis cumpriu com aquela que foi a recomendação, fez um trabalho, que eu acho que foi um excelente trabalho, aliás o feedback que tivemos das entidades para as quais fomos obrigados a enviar o relatório é francamente positivo e foi feito também, como se costuma dizer, debaixo para cima, ou seja, foi feito com a colaboração de todos os funcionários. Portanto, a perspectiva aqui mantém-se, é uma perspectiva preventiva e acima de tudo fazer com que se criem regras, normas e procedimentos em toda a Câmara Municipal e que envolva todos os funcionários, todos os sectores, todos os departamentos, todas as divisões, sendo certo que temos que dar conhecimento disso mesmo à Assembleia Municipal, mas não queria estar aqui a repetir as questões que já foram levantadas nessa Assembleia Municipal de Dezembro, eu julgo que foi no “Período de Antes da Ordem do Dia”, mas cá estaremos, agora têm conhecimento, para dar as explicações que entenderem necessárias. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido documento. =====

===== **Ponto quatro:** Protocolo de colaboração a celebrar com a FAMOA – Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis, para a concretização do tradicional Corso Carnavalesco e V Edição Regional e II a nível Nacional do Concurso de Música “Terras de La-Salette” 2010 – Autorização/ Ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios na prossecução de uma política globalizante, de promoção do desenvolvimento local, sociocultural, desportiva e de tempos Livres, previstas designadamente, nas alíneas e), f) e n) do n.º1 do art. 13º, art. 20º, 21º e 28º da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que a realização de projectos de carácter cultural, recreativa ou de lazer cultivam o espírito de grupo, a inserção na sociedade e ocupação de tempos livres, traduzindo-se em benefícios para as populações e especialmente para as camadas jovens; - Que importa assegurar a criação de condições mais estáveis e adequadas ao desenvolvimento de actividades culturais e

*consequentemente de valorização e estímulo de iniciativas e projectos a cargo de entidades que já demonstraram capacidade de execução na prossecução desses objectivos, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) nº 4 do artigo 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Protocolo de Colaboração com a Federação das Associações do Município de Oliveira de Azeméis (FAMOA), documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, tendo em vista a colaboração institucional para a concretização do tradicional Corso Carnavalesco e V Edição Regional e III a nível Nacional, do concurso de música “Terras de La-Salette” 2010; e atendendo à proximidade da data dos eventos, se autorize desde já o pagamento. - Se submeta à Assembleia Municipal para ratificação e convalidação de todos os actos entretanto praticados (incluindo realização e assunção de despesas e respectivos pagamentos), com efeitos reportados à data a que os mesmos respeitam ou foram praticados.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Já falamos no “Período de Antes da Ordem do Dia”, da questão do Corso de Carnaval, mas este protocolo é mais extensivo e prende-se também com a realização do concurso de música “Terras de La-Salette”, que vai uma vez mais ser organizado pela FAMOA. Dar nota também, aproveitar esta oportunidade para dizer que este concurso de música tem tido grande repercussão e tem sido feito com poucos recursos financeiros, ou seja, se nós fizermos um benchmarking com outros concelhos e com outros concursos, tendo em conta a qualidade do trabalho produzido e o valor investido, nós estamos seguramente muito à frente dos outros e isto é mérito evidentemente de todos, mas em particular também dos participantes que estão nestes concursos. E a questão do Carnaval é também o protocolo da participação financeira para a organização. Se repararem, vejam agora as palavras que todos dissemos relativamente à organização do Carnaval e vejam o valor do protocolo, acho que as palavras aqui ganham um outro significado. Muito obrigado. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS, que disse: =====*

*===== Senhor Presidente, congratulo-me com a assinatura atempada deste protocolo e mais à frente explicarei porquê. Estamos, de facto, perante dois projectos diferentes, mas de importância semelhante. O Corso Carnavalesco, tem o mérito de trazer às ruas de Oliveira de Azeméis uma das três maiores enchentes de pessoas, as outras são no Mercado à Moda Antiga e*

*nas Festas de La-Salette. Parabéns à Câmara Municipal, por manter esta chama acesa, que tem nos seus primórdios as gentes corajosas de Vilar, que por intermédio da ACREV teve a ousadia e a persistência de implementarem em Oliveira de Azeméis esta tradição do Carnaval. Às gentes de Vilar e à ACREV em particular, o meu agradecimento também. O Concurso de Música “Terras de La-Salette”, começa a ser um caso sério da cultura na cidade, senão vejamos: no ano passado, nos anteriores, o número de participantes rondou os quatrocentos, na verdade não se trata de um concurso mas sim de dez, tantos quantos os instrumentos de sopro em disputa. Visitaram Oliveira de Azeméis músicos a concurso de cerca de cem concelhos, incluindo ilhas. Julgo tratar-se de um concurso que coloca o nome de Oliveira de Azeméis a circular no meio musical de todo o País, estamos portanto perante algo que deve ser apoiado e incentivado, pois tem o mérito de, entre outras coisas, dinamizar o comércio local durante uma semana e de envolver a própria população da cidade. Nessa semana, vão dormir em minha casa cerca de dez músicos e sei que outras casas acolhem igualmente muitos outros concorrentes. Um reparo apenas e daí o mérito das assinaturas deste protocolo atempadamente, com a transferência imediata de verbas, é o evitar que alguns dos premiados recebam na hora os seus prémios e outros recebam mais tarde por indisponibilidade financeira no momento, pois as verbas tardaram a ser transferidas. Aprovaremos este protocolo com muito gosto, fazendo votos para que este Concurso de Música “Terras de La-Salette” se torne uma das nossas impressões digitais na cultura nacional, até porque os premiados levam para suas casas peças do nosso artesanato vidreiro. De referir ainda, que um dos patrocinadores oferece como prémios um masterclass que ainda hoje volvidos quase cinco edições não promoveu um sequer, penso que é uma situação por si só lamentável. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Eu queria só dar nota e reforçar as palavras do Senhor Deputado Ricardo Bastos, naquilo que se prende à importância e à valorização do concurso. É claramente um momento alto da nossa cultura e preciso fazer esta referência porque ela é justíssima, ou seja, quando estivemos a trabalhar com a FAMOA e a Senhora Vereadora que tem responsabilidades na área da cultura, a Dra. Gracinda Leal, estiveram em cima da mesa valores mais significativos para o concurso e houve a atitude responsável das pessoas envolvidas no sentido de perceberem a situação, a conjuntura económico-financeira e a situação financeira do Município e dizer que se consegue fazer um concurso com qualidade, com poucos recursos financeiros. Se porventura, e ficou também esse compromisso assumido, no próximo exercício, no próximo ano existir maior disponibilidade financeira de se poder também de alguma forma alocar mais recursos financeiros a esta iniciativa que é, e hoje fico naturalmente satisfeito, reconhecida por todas como culturalmente importante para a valorização do nosso concelho. Portanto, Senhor Presidente, muito obrigado. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal.* =====

===== *É só um esclarecimento. Não houve qualquer dívida aos prémios, houve sim por indisponibilidade financeira a elementos do Júri, os premiados garanto aqui que levaram os prémios na devida altura. E também dizer que além da ACREV, também quero agradecer à ACREFA, à Banda do Pinheiro da Bemposta, ao ACT, ao Centro Social e Paroquial de Pindelo, à do Curval, ao Desafio D'Arte. Eu acho que às vezes há dificuldade de dizer certa palavra, faz-me lembrar o “Diácono Remédios” que tinha uma dificuldade de dizer uma palavra e há aqui pessoas que têm dificuldade em dizer uma palavra e foram falar do Afonso Henriques, o fundador da nacionalidade ou o fundador do Carnaval e toda a gente que está envolvida nos últimos dez anos não vale de nada. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

===== *Aqui alguém me ouviu a dizer que isto não valia nada? Que os que estão agora não valem nada? Ninguém ouviu, são palavras suas. Eu acho que é mérito e justo, a história faz parte daquilo que nos engrandece, ainda hoje estivemos aqui a louvar os muitos Presidentes de Câmara que tivemos até hoje, eu estive na apresentação do livro. A história engrandece-nos e não fica mal em qualquer altura agradecer às pessoas que durante muitos anos, não sei quantos foram, mas foram muitos anos e eu acompanhei isso de perto porque era Presidente da Junta na altura, acompanhei isso e as dificuldades com que as pessoas de Vilar puseram esta tradição de pé. Qual é o problema de lhes agradecer?* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ ratificar o protocolo de colaboração com a FAMOA, bem como convalidar todos os actos entretanto praticados.* =====

===== **Ponto cinco:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, Freguesia de Palmaz e “ORI/Estarreja Clube de Orientação de Estarreja”, para a realização do “Campeonato Nacional de Orientação em BTT” – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - As atribuições dos Municípios em matéria de Desporto e Tempos Livres, consignados na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; - Que no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à prossecução de eventos de interesse*

municipal; - O teor do ofício enviado em 14 de Dezembro de 2009, pelo “Ori/Estarreja Clube de Orientação de Estarreja”; - Que o “Campeonato Nacional de Orientação em BTT”, proporcionará competição, oportunidade de treino e captação de novos praticantes; - E reconhecendo que a realização do “Campeonato Nacional de Orientação em BTT”, nos dias 27 e 28 de Março de 2010, em Oliveira de Azeméis, constituirá um evento de grande dimensão, relevância e interesse municipal, propõe-se: - A aprovação da minuta do Protocolo de Colaboração, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, a celebrar com a Freguesia de S. Martinho da Gândara, Freguesia de Palmaz e “ORI/Estarreja Clube de Orientação de Estarreja”, respectivamente, o qual define os termos da colaboração institucional, com vista à realização do “Campeonato Nacional de Orientação em BTT”, em 27 e 28 de Março de 2010, em Oliveira de Azeméis, ao abrigo da alíneas a) e b), do n.º4 do art.º 64º da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro e n.º2 e 3 do art.º12 da Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro e respectivas alterações (Lei das Finanças Locais), no que concerne à isenção de Taxas; - Que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal, para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Este protocolo prende-se com a parceria, o protocolo de colaboração que fizemos com diversas entidades, com vista à realização do Campeonato Nacional de Orientação em BTT. Nós temos cada vez mais praticantes de BTT no nosso concelho, uns organizados, outros informais, que nas horas de lazer, ao fim-de-semana, se equipam convenientemente e é vê-los aí a galgar e a subir montanhas e vales do nosso concelho e a extravasar os limites do nosso concelho. Isso é bom, porque é prática desportiva e, portanto, só temos que agradecer também essa disponibilidade. Dizer-vos que este protocolo e esta organização tem um outro objectivo e por isso eu espero que tudo corra bem, estamos a ajudar a organizar um campeonato nacional, a seguir a um nacional queremos ir para um ibérico, depois para um europeu e depois quem sabe até um mundial, porque as pessoas que têm responsabilidade na modalidade acham que as características morfológicas e geológicas do nosso concelho são excelentes para a prática do BTT. Portanto, acho que temos que lhes agradecer, por eles acharem que o nosso concelho reúne todas as condições e devemos apoiar como é evidente. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de colaboração referido em epígrafe. =====

===== **Ponto seis:** *Protocolo de parceria entre o Município e a Associação Nacional de Jovens Formadores e Docentes – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A importância da entidade “FORDOC- Associação Nacional de Jovens Formadores e Docentes e o papel que esta representa enquanto entidade formadora; - A importância da cooperação entre o Município de Oliveira de Azeméis e a “Fordoc” nos domínios pedagógicos, nomeadamente através do planeamento e realização de actividades de índole formativa e outras de interesse mútuo; - Os fins artísticos, educacionais e de lazer das iniciativas – Festival Internacional de Publicidade – Publi ...Memory e Publi...Cinema – The Hire; - A importância que este evento representa para o Município e seus agentes (Estabelecimentos de ensino, comércio, empresa entre outros); - O interesse Municipal da realização na promoção e animação cultural, propõe-se que a Câmara delibere: aprovar a minuta do protocolo, documento este que fica arquivado em pasta anexa, a celebrar com a FORDOC – Associação de Jovens Formadores e Docentes e remetê-lo à Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Trata-se de um protocolo com esta associação, com a Associação Nacional de Jovens Formadores e Docentes – FORDOC, que tem como objectivo a promoção e divulgação de actividades formativas e de materiais de índole técnica. É na área da publicidade, muito em particular da publicidade televisiva, da publicidade na televisão. Vamos ter também com este protocolo possibilidade de fazer uma mostra de publicidade televisiva, porque eu julgo que é interessante porque cada vez mais os jovens têm apetência para estas questões, nomeadamente os que estão muito ligados às novas tecnologias. Vamos ter um workshop formativo e dizer-vos que também este protocolo inclui a passagem de oito curtas-metragens que permite analisar as diversas vertentes do ponto de vista publicitário e do ponto de vista cinematográfico desde a produção. Portanto, achamos que é importante, também numa perspectiva cultural e mais de lazer e para a área da juventude, que este protocolo seja aprovado. Obrigado.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar a celebração do protocolo de parceria entre o Município e a Associação Nacional de Jovens Formadores e Docentes.* =====

===== **Ponto sete:** *Acordo de colaboração entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Oliveira de Azeméis – Autorização.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A promoção afirma-se como um dos vectores fundamentais que estruturam a missão da Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e dos municípios que a integram; - A Turismo do Porto e Norte de Portugal E.R. vai estar institucionalmente representada na Bolsa de Turismo de Lisboa de 2010 partilhando um único espaço de 405 m2 com os Municípios e outros interlocutores regionais, que se afirma pela grandiosidade e expressão de qualidade que pretendemos consolidar no âmbito de uma promoção conjunta do Porto e Norte de Portugal como Destino Turístico de Excelência e Qualidade, propõe-se: - Ao abrigo da alínea b) n.º 4 do artigo 64º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que seja aprovada a minuta do Acordo de Colaboração a celebrar com a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R., documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, com o objectivo de estabelecer os princípios orientadores que devem presidir a uma eficiente cooperação entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Oliveira de Azeméis no sentido de preparar e estruturar uma participação devidamente concertada na Bolsa de Turismo de Lisboa. - Se submeta a presente proposta à Assembleia Municipal, para efeitos do determinado na alínea m) do n.º 2 do art.º 53º do mesmo diploma.” =*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *É evidente que a BTL já se realizou, realizou-se em Janeiro, de 13 a 17 de Janeiro. A BTL é a maior Feira de Turismo que há em Portugal, depois temos a Feira em Madrid, numa perspectiva ibérica e já mais numa perspectiva europeia, mas nós entendemos que era de interesse estratégico que o Município de Oliveira de Azeméis estivesse representado na BTL. Quando este Executivo tomou posse já as inscrições para se ter um stand ou se ter um maior espaço na BTL estavam encerradas há muito tempo. Como é que nós encontramos forma de promover os nossos produtos, a nossa região, os nossos restaurantes, a nossa hotelaria, o Parque Molinológico, o Parque de La-Salette e muitas outras coisas? Houve um quadro interactivo que esteve em funcionamento no stand do Porto e Norte de Portugal e foi a forma que nós conseguimos, pela primeira vez, participar nesta mostra. Quero-vos dizer que o objectivo é reforçar esta participação no futuro, não sei se da mesma forma ou se de outra forma, aliás nós já estamos a trabalhar com a Região de Turismo do Porto e Norte de Portugal, como sabem nós deixamos de pertencer à Rota da Luz, tendo em conta as novas realidades turísticas de pertencermos a esta Região, que tem sede em Viana do Castelo. Temos vindo a trabalhar com eles, no sentido da promoção e da valorização do Município de Oliveira de Azeméis, estamos a trabalhar num fim-de-semana gastronómico no nosso concelho em parceria com a Região do Turismo e dizer-vos também que nós vamos estar agora de 10 a 13 de Março na INOTUR, que é mais uma Feira de Turismo, que é neste caso organizada pela Universidade de Aveiro, para um outro público diferente daquele que vai à BTL, mas também um público*

*muito importante, ou seja, nós queremos marcar presença nesse espaço, achamos que é interessante. A forma que tivemos de participar na BTL foi esta, foi em parceria, foi fazendo uma parceria com a Região de Turismo e é por isso que cá vem este protocolo. Já se realizou, mas mesmo assim tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, tendo sido deliberado por unanimidade autorizar/ratificar o acordo de colaboração entre a Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R. e o Município de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== **Ponto oito:** Ratificação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo, celebrado com o Clube Desportivo de Loureiro e de despacho. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando - Que no dia 14 de Fevereiro, do ano corrente, vai decorrer o “I Convívio de Pré-Escolas – Carnaval 2010”, na Quinta do Barão, no Loureiro, organizado pelo Clube Desportivo de Loureiro, para atletas nascidos em 2003/2004, com a presença das equipas do Futebol Clube do Porto, Oliveirense, Cesarense, Loureiro, Estarreja e Sanjoanense, respectivamente; - O solicitado pelo Clube Desportivo de Loureiro, por ofício de 2 de Fevereiro de 2010; - A importância em desenvolver uma política que promova a realização de projectos desportivos, de iniciativa dos cidadãos, de reconhecida qualidade e interesse para o Município de Oliveira de Azeméis; - Que nos termos da cláusula segunda do contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, celebrado em 12 de Fevereiro de 2010: “Para concretização do objecto do presente Contrato, o Município compromete-se a apoiar financeiramente no valor de € 500,00 (quinhentos euros)”; - O teor do Despacho que proferi, em 12 de Fevereiro de 2010, ao abrigo do citado contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, propõe-se: - A ratificação do citado Despacho e respectivo contrato-programa de Desenvolvimento Desportivo, e convalidação dos actos praticados e respectiva atribuição, quer dos efeitos do pagamento, entretanto processado/transferido, com efeitos reportados à data a que o mesmo respeita ou foi praticado; - Os mesmos sejam remetidos à Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto na alínea m), do n.º 2 do art.º 53º, do referido diploma, ratificando e convalidando também, todos os actos e efeitos atrás referidos.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== Este contrato prende-se com uma, permita-me que uso o termo, pequena participação, uma reduzida participação, mas uma justa participação. Estamos a falar de € 500 (quinhentos euros), mas estes quinhentos euros foram importantes na conversa, na reunião que os seus organizadores tiveram com o Executivo Municipal e, portanto, o Senhor Vereador que tem esta responsabilidade, o Senhor Vereador Pedro Marques, decidiu apresentar esta mesma proposta. Foi um convívio que se realizou na Quinta do Barão, em Loureiro, foi organizado pelo Clube Desportivo de Loureiro, um convívio pré-escola e onde participaram equipas como o Porto, o Oliveirense, o Cesarense, o Loureiro, o Estarreja e a Sanjoanense. Como tudo, conforme já se percebeu aqui também no “Período de Antes da Ordem do Dia”, por muito ou por pouco, tem que ser devidamente protocolado, ratificado e assinado, mesmo os €500 (quinhentos euros) que são pouco, mas tem que vir à Assembleia Municipal e queria felicitar os promotores pela organização que foi um sucesso, evidentemente que contaram com outros apoios não foi só com o apoio da Câmara, porque senão era difícil levar a efeito esta organização. Obrigado. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número oito à votação, tendo sido deliberado por unanimidade ratificar o referido contrato-programa, bem como ratificar todos os actos entretanto praticados. =====

===== **Ponto nove:** Prestação de Serviços para Recolha, Transporte e Deposição de Resíduos Sólidos e Urbanos e Limpeza Urbana – Repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando a deliberação do Órgão Executivo datada de 09/12/2009, da qual resulta a necessidade de alterar a Repartição de Encargos aprovada em Assembleia Municipal de 24 de Novembro de 2009, e tendo em conta o atraso na conclusão do procedimento resultante de circunstâncias imprevisíveis, propõe-se ao Órgão Executivo: a) Autorização para estornar o cabimento do valor correspondente ao mês de Dezembro de 2009, tendo em conta que o procedimento pré-contratual se encontra à data ainda a decorrer, em fase de Habilitação do Adjudicatário, não se verificando o seu início em Dezembro de 2009, conforme se tinha previsto; b) Submissão à aprovação do Órgão Deliberativo, nos termos do previsto no n.º 1, do artigo 22.º, conjugado com o seu n.º 6, do Decreto-Lei n.º 197/99 de 08 de Junho, a seguinte alteração da repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico: Fevereiro de 2010 a Dezembro de 2010: € 847.698,35; Janeiro a Dezembro de 2011: € 924.761,89; Janeiro a Dezembro de 2012: € 924.761,89.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Isto não tem nada mais do que o atraso que houve no processo e a necessidade de repartir os encargos previstos. Portanto, houve um atraso neste processo por razões várias, algumas delas já as expliquei aqui em sede de Assembleia Municipal e, portanto, este procedimento é um procedimento que tem também que ser feito tendo em conta esses mesmos atrasos na conclusão do procedimento. Este atraso resultou evidentemente de circunstâncias imprevisíveis. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número nove à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dez:** Plano de Urbanização da Zona Industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. Foram decorridas as fases procedimentais constantes e obrigatórias no RJIGT – Regime Jurídico de Instrumentos de Gestão Territorial, para elaboração e aprovação de planos municipais de ordenamento do território, nomeadamente elaboração, conferência de serviços e discussão pública; 2. Já existe versão final do plano em questão, propõe-se: A sua aprovação ao abrigo do nº 1 do art.º 79º do regime jurídico acima referido, bem como nos termos do disposto na alínea a) do nº 3 do art.º 53º e da alínea a) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro e alínea o) do nº 1 do art. 13º da Lei nº 159/99, de 14 de Setembro.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== Dar nota que isto se prende também com um compromisso político deste Executivo, de concluir os Planos de Urbanização das Zonas Industriais, uma tarefa que tem vindo a ser desenvolvida, já aprovamos aqui outros e chegou o momento deste Plano da Zona Industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo. Se o Senhor Presidente me autorizasse, eu dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares para ele poder de forma mais pormenorizada dar as explicações. =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== *Dar-vos nota que este Plano de Urbanização é mais um contributo da Câmara Municipal para o ordenamento e qualificação dos espaços industriais. É o terceiro Plano de Urbanização das Zonas Industriais aprovado, para além dos outros que tinham sido aprovados no anterior Executivo, de Costa Má – S. Roque e de Ul/ Loureiro. Ainda esta semana, em reunião de Câmara, aprovamos o estudo prévio para a requalificação da Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, cujo valor orça os € 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil euros), que será um projecto faseado, com o compromisso de irmos procurar fonte de financiamento para o mesmo. Estamos a trabalhar na elaboração do projecto de candidatura para a infra-estruturação de parte da Zona Industrial de Loureiro, quarenta hectares, sendo que a Zona Industrial tem cerca de cento e vinte e quatro hectares. Também aqui o objectivo é a qualificação desta Zona Industrial. Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos e à Zona Industrial de Nogueira do Cravo/ Pindelo, este Plano de Urbanização foi aprovado em reunião de Câmara no dia 28 de Agosto de 2009 e só veio agora à Assembleia Municipal, porque estivemos a aguardar que a CCDR-N actualizasse as Cartas da REN relativamente às linhas de água. Haviam três linhas de água que estavam previstas no PDM, que não existiam mas estavam contempladas no PDM, que foi necessário que a CCDR-N actualizasse as Cartas para depois da publicação das mesmas no Diário da República estivesse em condições então este Plano de vir à Assembleia Municipal. Trata-se de uma zona já bastante consolidada na área de Nogueira do Cravo, com este Plano procura-se para além do ordenamento na respectiva área é retirada a condicionante do canal da via nascente/poente, portanto, vai ser possível efectuar mais licenciamentos; há uma ampliação da Zona Industrial para uma área anteriormente afecta à área de equipamento na zona de Pindelo e há uma actualização da Carta do Ruído que resulta também de uma imposição legal. Portanto, já cumpriu todo o procedimento, está em condições de ser aprovado pela Assembleia Municipal.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores José Ramos e Dr. Miguel Portela.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Ramos, do PS.* =====

===== *Boa noite a todos. Queria começar por dizer que vemos com satisfação a apresentação deste Plano de Urbanização, lamentamos que não tenha sido há dez ou vinte anos atrás, porque seria com certeza muito melhor para nós, porque estaria muito melhor estruturada e neste momento com certeza teria muito mais indústria do que aquela que tem e que virá a ter. E, por isso, vou fazer aqui alguns considerandos, pensando que também poderão vir a ser*

*aproveitados mais tarde na criação de novas Zonas Industriais. Os Planos de Urbanização das Zonas Industriais são essenciais, embora estejam a chegar tardiamente a Oliveira de Azeméis, teremos, quando eles estiverem devidamente implementados, condições para potenciar a instalação de unidades industriais em algumas das freguesias do nosso concelho, de forma planeada e não como tem sido feito até aqui pelos sucessivos Executivos Camarários do PSD. Além do ordenamento do nosso território, as Zonas Industriais devidamente projectadas e organizadas permitirão que as empresas Oliveirenses reforcem a sua competitividade e aumentem a sua produtividade, criando mais riqueza e mais postos de trabalho. Todos conhecemos a realidade industrial actual em Oliveira de Azeméis e como surgiu. Primeiro apareceram as fábricas e da sua aglomeração, mais ou menos desorganizada resultou aquilo a que erradamente fomos chamando de Zonas Industriais. Durante as últimas décadas, por ausência total de uma estratégia de desenvolvimento económico, perdemos muitos investimentos que foram ganhos por concelhos vizinhos, alguns deles investimentos avultados, estruturantes e fundamentais, mas não perdemos só investimento forasteiro que como já disse tão importante era para o desenvolvimento económico e social do nosso concelho e até para os cofres vazios do nosso Município. Por responsabilidade e irresponsabilidade da Autarquia, perdemos também muitas empresas e postos de trabalho, porque muitos empresários Oliveirenses não dispoem de condições em Oliveira de Azeméis para instalar as suas novas empresas, tiveram que procurar resposta nos concelhos vizinhos com os prejuízos óbvios que daí advém. Perdemos também em qualidade ambiental, quando permitimos o aparecimento de zonas industriais sem previamente criarmos a rede de saneamento, quando permitimos a construção de fábricas em áreas urbanas, quando temos grandes Unidades Industriais no Centro da Área Urbana, poluindo, degradando a rede viária, impedindo o crescimento da malha urbana e prejudicando a qualidade de vida dos Oliveirenses. Feitos os Planos de Urbanização das Zonas Industriais é urgente passar do papel para a prática, por isso achamos importante ouvir os nossos empresários a quem devemos muito do que hoje é Oliveira de Azeméis e empenharmo-nos em criar-lhes as condições que lhes permitam criar a riqueza que Oliveira de Azeméis tanto precisa, para se afirmar no plano regional e nacional. Termino, declarando que a nossa Bancada irá votar favoravelmente este ponto que é do interesse de todos os Oliveirenses na criação de mais Zonas Industriais. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Eu vinha cá trazer um voto de regozijo do CDS/PP, porque durante o nosso período de pré-campanha visitamos uma grande empresa desta área e muitas dificuldades nos foram transmitidas, porque gostavam de estar em Oliveira de Azeméis, queriam continuar a trabalhar e a falta do Plano de Urbanização trazia-lhes constrangimentos. A definição de Zona Industrial é fundamental para licenciar as indústrias lá instaladas e para se candidatarem a fundos estruturais. O próprio saneamento que está previsto concretizar-se era uma dificuldade*

*para eles porque tratavam os efluentes e acabavam por os lançar nos cursos de água. Para além disso, os acessos preocupava-os, porque tem um grande movimento de camiões TIR e os acessos eram muito penalizados pela sobrecarga desse tipo de viaturas. Eles próprios falam na dificuldade de não ter um Plano de Urbanização lhes criava, a eles e às empresas à volta, na tentativa de expandirem, muitos tinham medo de se expandirem por não haver um PU aprovado. No fundo o que sentimos, no caso específico da empresa que vimos, que era do ramo automóvel, havia muitas especificações ligadas à qualidade que lhes exigiam um PU aprovado e lhes exigiam cuidados ambientais e acho que com a aprovação deste PU vamos dar condições às empresas dessa área para se expandirem e para conseguirem certificar melhor os seus produtos e para terem dignidade para continuarem a crescer em Oliveira de Azeméis. O CDS regozija-se então com esta aprovação. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Evidentemente que depois da explicação pormenorizada do Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares e das intervenções mais de cariz político que foram feitas relativamente a esta matéria, deixem-me dizer-vos que hoje à tarde ainda, poucos minutos antes, se calhar ainda se cruzaram aqui com algumas pessoas, aqueles que chegaram à hora, porque eram seis menos cinco quando terminou aqui uma sessão nesta biblioteca onde estiveram empresários, onde estiveram dirigentes associativos e onde estiveram os responsáveis máximos, neste caso o responsável máximo pelo QREN no Norte, o Prof. Mário Rui Silva, que é Prof. na Faculdade de Economia da Universidade do Porto e que é hoje o principal responsável pelo Programa do Norte no QREN. Eu não vou repetir aquilo que ele disse, foi uma reunião de trabalho, portanto ainda estamos numa fase prévia, mas é um bocadinho diferente. Porquê? Porque evidentemente a grande preocupação de quem tem a responsabilidade como ele de gerir milhões no QREN é uma preocupação para o futuro e nesse aspecto foi reconhecido por todos e estavam até alguns empresários daqueles que já tiveram dificuldades, quer no aumento das suas empresas e quer na localização das suas empresas e assistiram e participaram activamente nesta discussão. Aquilo que ficou claro é que nós estamos a trabalhar, a preparar o futuro. Preparando o futuro como? Fazendo da Zona Industrial de Loureiro uma zona industrial de excelência, uma área de acolhimento empresarial como eles dizem agora e bem, requalificando ao mesmo tempo a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis, é muito importante a Zona Industrial de S. Tiago de Ribai-UI/ Oliveira de Azeméis, é muito importante aquela zona industrial ser totalmente requalificada, dar qualidade àquela zona industrial. Esta perspectiva hoje, fruto das inovações tecnológicas, os instrumentos de gestão de planeamento na área do urbanismo são muito diferentes daqueles que aconteciam no passado. Concordo, como disse houve erros, é verdade, vamos corrigi-los todos, porque aquilo que nós queremos é que se continue a investir em Oliveira de Azeméis, não só na perspectiva de atrair novos investimentos, novas empresas,*

*mas dar condições aos empresários que durante anos foram sacrificados, mas que durante anos apostaram e investiram em Oliveira de Azeméis. E, portanto, queremos continuar a criar riqueza, a criar postos de trabalho e queremos continuar a contribuir com a nossa fortíssima vocação exportadora para o equilíbrio das contas públicas e acho que hoje é dado mais um passo. Estamos totalmente de acordo com a aprovação deste plano. Muito obrigado, Senhor Presidente. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dez à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto onze:** Regulamento Municipal sobre Estacionamento e Paragem de Veículos no concelho de Oliveira de Azeméis – Aprovação definitiva. =====*

*===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “1. Considerando que propostas de criação e/ou alteração de regulamentos devem ser submetidas a audiência dos interessados e apreciação pública, nos termos do artigo 118.º do CPA, e que a mesma foi devidamente realizada, tendo entretanto decorrido o seu prazo em 14 de Dezembro de 2009; 2. Considerando que, apesar dos pontuais contributos dados, não foram introduzidas alterações ao mesmo, que não implicam, portanto, uma alteração substancial na estrutura do regulamento, em sede de apreciação/discussão pública. 3. Que compete à câmara municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar, à assembleia municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos nºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações; 4. Que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da Câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações). Propõe-se: 1) À Câmara Municipal, a aprovação definitiva do regulamento em epígrafe, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas; 2) A remessa da mesma, nos termos da lei, à Assembleia Municipal, após aprovação. 3) Após decorridos esses trâmites legais, a remessa da mesma para publicação no boletim municipal e entrada em vigor.” =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares. =====*

*===== Este Regulamento Municipal vem à Assembleia Municipal em consequência de uma exigência e de uma imposição de um Decreto-Lei do ano passado, que obrigou à*

*fundamentação económico-financeira de todas as taxas de estacionamento e paragem de veículos. O Regulamento que existia no passado era apenas para regular o estacionamento e a paragem de veículos nas zonas de estacionamento de duração limitada e este regulamento é mais extenso. É um regulamento sobre estacionamento e paragem de veículos no concelho de Oliveira de Azeméis, portanto abrange não só as zonas de estacionamento de duração limitada mas também todo o estacionamento nas freguesias e fora da zona de estacionamento de duração limitada. Em termos de taxas, nas zonas de estacionamento de duração limitada mantiveram-se as mesmas, o que eu disse é que houve a necessidade de as fundamentar numa perspectiva económico-financeira e devido a uma imposição legal. As taxas correspondentes ao estacionamento e paragem fora da zona de estacionamento de duração limitada correspondem a um terço do valor das taxas na zona de estacionamento de duração limitada. O outro acréscimo de que queria dar nota, era o seguinte: está agora prevista a possibilidade de existirem agentes de fiscalização para além da GNR ou da fiscalização da Câmara Municipal que estava prevista no anterior regulamento, desde que devidamente identificados, portanto, podem haver agentes de fiscalização devidamente identificados, que não sejam fiscais da Câmara Municipal nem sejam da GNR. O objectivo é criar também agora uma estratégia no sentido de haver um convite ao pagamento em situações de incumprimento. Nós mediante um acordo que realizamos com a Costa Parques que prevê a possibilidade de existirem cerca de um ou dois fiscais na rua que vão permanentemente fiscalizar se existem ou não viaturas em situação de incumprimento e quando verificarem ou detectarem que estão em situação de incumprimento vão fazer um convite, têm um PDA, fazem o registo do incumprimento, mas deixam na viatura o convite ao cumprimento. O cumprimento passa por pagar a taxa máxima, que é as três horas correspondentes ao pagamento. Nos parómetros, atrás dos parómetros vai ser colocado um recipiente, as pessoas quando receberem este convite podem regularizar o mesmo deixando o envelope nesse recipiente, caso não efectuem o registo deles vai para uma base de dados a que tem acesso também a GNR e depois ficarão os infractores a constar de um registo de infractores junto da GNR. Caso as pessoas paguem o valor correspondente à situação de incumprimento que são €2,50 (dois euros e cinquenta cêntimos) que é a taxa máxima devida pelo estacionamento nas zonas de estacionamento de duração limitada, isso será eliminado dos registos das infracções. Isso será, portanto, não a partir do mês de Março, mas do mês de Abril. Se verificarem que existem agentes de fiscalização com PDA nas mãos, estão a fazer esse trabalho que é de pedagogia, mas que é também para as pessoas quando cometem uma infracção ou estão em cumprimento podiam de imediato ser sancionadas com uma coima, assim têm a possibilidade de mediante o convite ao pagamento de efectuarem o valor máximo correspondente à taxa máxima de estacionamento e com isso regularizam, a situação. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Miguel Portela e Ricardo Bastos. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP.* =====

===== *Era só um pequeno ponto. Na última Assembleia falou-se em relação aos sinais de trânsito, que alguns estariam abusivamente colocados, há muitos sinais de parques privativos, não sei se estarão homologados devidamente, acho que ficou de ser entregue um relatório aos Líderes de Bancada, penso que ainda estarão em preparação desse tal documento que seria importante. Não sei se enquadrará aqui ou não, mas tem a ver com trânsito, não sei se até alguém aqui tem responsabilidade sobre isso, mas temos o GPS de quem vem de fora todos trocados com os sentidos. Não sei se a Câmara poderá dar um empurrão à cartografia, mas o GPS das marcas mais conhecidas mandam-nos pelos sentidos proibidos. Se calhar a Câmara nem tem a responsabilidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, neste ponto quero começar por me penitenciar e pedir desculpa pelo facto de não me ter apercebido do período de discussão pública deste documento. Se me tivesse apercebido havia uma alteração/ sugestão, como queira entender, que gostaria de ter feito e que gostaria mesmo assim de partilhar aqui e agora, mesmo sabendo que não irá produzir efeitos mas que ficará para uma futura actualização deste documento que se pretende, julgo eu, dinâmico. A sugestão tem a ver com o artigo 19º - emissão de cartões residentes, na sua alínea d) - comprovativo por meio idóneo que não possui estacionamento próprio. Ora, simplificando, o que esta alínea quer dizer é que quem tiver um lugar de garagem não poderá requer o cartão de residente. Não me parece correcto ser desta forma, pois na nossa cidade temos imensos agregados familiares, que por força de trabalharem fora, como é o meu caso, têm a necessidade de terem mais do que um carro. Senhor Presidente, não lhe parece justo que estes cidadãos possam requerer um cartão de residente? Quando este documento foi elaborado, que não nesta forma definitiva, veio a esta Assembleia Municipal, já nessa altura, eu não fazia parte da Assembleia, mas já nessa altura achei estranha esta alínea, questionei os serviços da Câmara e a colaboradora que me atendeu disse que por agora ficava assim, mas se houvesse muitas reclamações logo se via. Fica a sugestão, Senhor Presidente, e logo se verá.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Registamos a sugestão.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número onze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto doze:** *Regulamento Municipal de Taxas relacionadas com a actividade urbanística e operações conexas – Aprovação definitiva.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1. O período de discussão pública obrigatória que se seguiu à aprovação da proposta que aprovou as alterações ao regulamento supra citado, e que após realização da apresentação pública do projecto do presente regulamento foram sugeridas diversas alterações, sendo acolhidas algumas na presente proposta conforme explicitado no preambulo do Regulamento. 2. Que das propostas de alteração e acolhidas destacam-se as seguintes: a) Definição de um regime transitório que explicita a forma de aplicação das taxas para os procedimentos em curso e a sua aplicabilidade enquanto não entrar em vigor o regulamento municipal de instrução de processos em formato digital. b) Uniformização do procedimento de actualização de taxas face aos critérios utilizados para o Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais. c) Alargamento do prazo para entrada em vigor, ficando definido que o Regulamento entrará em vigor no dia 01 de Maio de 2010 como imposto pela Lei n.º 53-E/2006 alterada pela Lei 117/2009. 3. Que compete à Câmara Municipal, no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos, apresentar, à Assembleia Municipal, propostas e pedidos de autorização, designadamente em relação às matérias constantes dos n.ºs 2 a 4 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações, e que compete à Assembleia Municipal, em matéria regulamentar e de organização e funcionamento, sob proposta da câmara, aprovar as posturas e regulamentos do município com eficácia externa (art. 53.º n.º 2 alínea a) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro e posteriores alterações), propõe-se: 1. Que se submeta o presente Regulamento, documento este que fica arquivado em pasta anexa ao livro de actas, ao órgão executivo, elaborado com fundamento legal nos arts. 112.º, n.º 8 e 241.º da Constituição da República Portuguesa, e arts. 64.º, n.º 4, alínea c) e n.º 6, alínea a), e 53.º, estes da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, para aprovação definitiva, por forma a remetê-lo à Assembleia Municipal para a devida aprovação. 2. Após aprovação, a remessa do mesmo para publicação imediata no boletim municipal e Diário da República.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares.* =====

===== Este Regulamento Municipal, tal como o anterior, vem à Assembleia Municipal resultante da tal imposição para a fundamentação económico-financeira e jurídica, mas este aqui tem várias alterações conforme podem ver, relativamente ao Regulamento Municipal de Taxas anterior, que passam essencialmente pelo seguinte: a partir da entrada em vigor deste regulamento, que vai ser a partir de um de Janeiro deste ano, sempre que der entrada um processo de licenciamento de obras particulares vai-se pagar um preparo inicial de 30% do valor da taxa devida à final, ou seja, antes pagava-se as taxas quando se levantava o alvará de licença, agora 30% do valor da taxa vai ser pago logo, funcionando como um preparo inicial. Isto porquê? Porque existem centenas de processos na Câmara Municipal que levam a que os funcionários da Câmara levem horas e horas a analisar processos que depois, ou porque as pessoas não levantam o alvará, ou por qualquer outro motivo, não pagam a taxa devida. Isto é uma forma de compensar de alguma forma o trabalho realizado pelos serviços da Câmara Municipal, que há-se ser sempre realizado mesmo que as pessoas não procedam ao levantamento do respectivo alvará, de qualquer maneira 30% já ficaram na posse da Câmara. O que resulta deste regulamento é uma redução acentuada do valor das taxas devidas pelas operações urbanísticas; uma redução de cerca de 50% para os licenciamentos de edifícios industriais; há uma redução das taxas em 50% para os pedidos de licenciamento de casais até aos trinta e cinco anos, que é um incentivo à fixação dos jovens no concelho de Oliveira de Azeméis; há uma penalização para os requerentes que não instruem correctamente os processos e aí por cada aditamento que procedam vão pagar uma taxa por esse aditamento, que vai acrescer à taxa final do licenciamento; há uma redução do valor das taxas para os requerentes que apresentem os processos de licenciamento por via digital, ou seja, quem apresentar o projecto em formato papel paga mais 10% do que o valor da taxa se o respectivo processo for apresentado pela via digital e há também um acréscimo e também devido a preocupações de ordenamento, que é quando o Município no respectivo pedido de licenciamento não apresentar os lugares de estacionamento em cumprimento do Regulamento Municipal e das Portarias que exigem certos números de lugares de estacionamento para a construção que pretendem edificar, pagarão uma taxa pela falta dos lugares de estacionamento que não apresentem. Estas são algumas das alterações constantes deste regulamento face aos anteriores, onde há preocupações de incentivo ao emprego, por isso é que há uma redução das taxas para os edifícios industriais; há uma preocupação de incentivo à fixação dos jovens no concelho de Oliveira de Azeméis e há um incentivo a que os requerentes apresentem cuidadosamente os pedidos de licenciamento, porque esses serão beneficiados no valor das taxas finais. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número doze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

=====**Ponto treze:** *Proposta de suspensão das taxas de ocupação do domínio público previstas na tabela anexa ao Regulamento Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais – Aprovação.* =====

=====*Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: 1- O actual Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, foi publicado no Boletim Municipal n.º 57 datado de 17/12/2009 e entrou em vigor no dia 01 de Janeiro de 2010. 2- Que o valor das taxas previstas na Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais anexa ao Regulamento referido previstas no Capítulo V, secção II se traduzem num agravamento exponencial face às taxas cobradas nos anos anteriores. 3- Que a Lei n.º 117/2009, de 29 de Dezembro de 2009, prorrogou o prazo previsto no art. 17º da Lei n.º 53-E/2006 até dia 30 de Abril de 2010. 4- É viável a apresentação de proposta de alteração que salvguarde o cumprimento dos prazos determinados por Lei. Propõe-se: 1. Que se proponha à Assembleia Municipal a suspensão das taxas para a ocupação do domínio público previstas na secção II do Capítulo V da Tabela de Taxas, Licenças e Outras Receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis publicado no Boletim Municipal n.º 57 datado de 17/12/2009; 2. Que durante o período de suspensão das taxas referidas no número anterior sejam ripristinadas as taxas em vigor no ano de 2009 para ocupação do domínio público sem qualquer actualização.”* =====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

=====*O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares.* =====

=====*Esta proposta é de suspensão das taxas de ocupação do domínio público. No Regulamento Geral de Taxas que veio aqui na Sessão da Assembleia de Dezembro foram aprovadas as taxas de ocupação do domínio público, contudo em Janeiro e durante o mês de Fevereiro houve algumas reclamações relativamente a alguns valores das taxas que constavam desse regulamento. Essa diferença entre os valores das taxas, quer por metro quadrado, quer por ano, está assinalada na informação anexa a este ponto, que eu penso que todos têm, mas só por vos dar uma ideia, o valor da taxa por metro quadrado e ano para os toldos ou alpendres dos estabelecimentos comerciais no regulamento anterior era de €4,65 (quatro euros e sessenta e cinco cêntimos) e agora passaria a ser de €37,76 (trinta e sete euros e setenta e seis cêntimos) por metro quadrado. Por exemplo, as mesas e cadeiras nas esplanadas era €0,88 (oitenta e oito cêntimos) por metro quadrado e passava para €17,96 (dezassete euros e noventa e seis cêntimos) por metro quadrado. Portanto, devido a estas alterações abruptas decidiu-se em reunião de Câmara, por unanimidade, suspender e até alterar o valor das taxas devidas pela*

ocupação do domínio público, no sentido de repor as taxas de 2009, portanto aplicáveis anteriormente, isto tendo por fundamento o apoio às actividades económicas. Porquê? Porque isto incidia sobre situações que afectavam quer o comércio, quer a indústria, quer a agricultura. Estamos a falar de toldos, estamos a falar de quiosques, estamos a falar das esplanadas, estamos a falar de tubos e condutas que às vezes passam nos terrenos agrícolas, com água, ou porque o poço está dum lado e tem de encaminhar para outro. Portanto, nesse objectivo decidiu-se suspender, há-de vir aqui na Assembleia Municipal de Abril, penso eu, já definitivamente a alteração destas taxas, porque aqui agora só vem a suspensão e é necessário agora decorrer um período de discussão pública e depois em Abril serão aprovadas aqui as alterações às taxas de ocupação do domínio público que foram aprovadas em Dezembro. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número treze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** Proposta de colocação de sinal “Via Pública sem saída” em Fundo do Lugar, Cidacos, desta cidade – Aprovação. =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: O teor da informação técnica prestada (I/81732/09) e o disposto na alínea f) do nº 2 do art. 64º da Lei nº 169/99, propõe-se: a aprovação da colocação de um sinal vertical de informação – ref<sup>ª</sup> H4 - via pública sem saída - na entrada do acesso ao Caminho do Fundo do Lugar, em Cidacos, freguesia de Oliveira de Azeméis.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É uma necessidade e uma pretensão também das pessoas que ali estão, porque muitas vezes são confrontadas com enganos de condutores que têm de voltar para trás e é um sítio apertado e importa colocar este sinal. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição do Senhor Ricardo Bastos. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedido o uso da palavra ao Senhor Ricardo Bastos, do PS. =====

===== *Senhor Presidente, a minha intervenção de hoje poderia ser exactamente igual à que fiz neste mesmo sítio em 30 de Dezembro passado. É evidente que concordamos com a colocação do referido sinal em Cidacos e as preocupações que tenho neste momento, no que à sinalética diz respeito, são as mesmas de então. Estão todos os sinais devidamente aprovados por esta Assembleia? Posso vir-me a tornar repetitivo todas as vezes que apareçam mais sinais de trânsito para aprovar, mas o trânsito na cidade, em particular, é algo que me preocupa e merecerá sempre a minha atenção. Vai o Senhor Presidente dizer e estou a adivinhar “Senhor Ricardo Bastos, vou-lhe enviar uma postura de trânsito para se ir entretendo”. Pode mandar a tal postura de trânsito que agradeço, aliás já prometeu na última Assembleia que mandava e até hoje não mandou. Para terminar, só para dizer, que o sinal aprovado há dois meses, em Santo António, na Rua Manuel Alegria ali com a Rua Frei Caetano Brandão ainda não está colocado, é assim tão complicado? =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Aceitamos as recomendações e as preocupações do Senhor Deputado Ricardo Bastos e seguramente que nos próximos dias receberá em casa a documentação pretendida para ter o devido conhecimento, sendo certo que os sinais que estão colocados na cidade estão de acordo com as posturas e com aquilo que foi aprovado na Assembleia Municipal. =====*

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número catorze à votação, tendo sido deliberado por unanimidade aprovar a proposta apresentada. =====*

===== ***Ponto quinze:** Relatório de acompanhamento da execução do Plano de Saneamento Financeiro (Report a 31 de Dezembro de 2009) – Apreciação. =====*

===== *Para cumprimento do artigo 6º do D.L. nº 38/2008 e alínea c) do nº 4 do artigo 40º da Lei nº 2/ 2007 (Lei das Finanças Locais), foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais irão ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de actas. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

===== *Estamos aqui uma vez mais a mostrar e a dar nota daquela que é uma obrigação legal, a apreciação por parte da Assembleia Municipal do relatório de acompanhamento de execução do Plano de Saneamento Financeiro. Foi também dado conhecimento aos Membros do Governo que são responsáveis pela área das Finanças e pela área da Autarquias Locais. Ele foi distribuído e julgo que é um documento demasiado técnico e muito técnico. Julgo que será mais*

*fácil proceder ao esclarecimento das dúvidas que alguns Deputados possam ter na apreciação que vão fazer e também dizer-vos que foi feito um esforço significativo e esse esforço é extensivo a todos aqueles que têm responsabilidades, neste caso aos Autarcas eleitos, quer das Juntas de Freguesia, quer da Câmara Municipal, aos funcionários do Executivo que tiveram também que fazer um conjunto significativo de apertos e de redução nas suas despesas para cumprirmos com o Plano de Saneamento Financeiro. Há questões e há dados que não foram atingidos na sua plenitude, mas estamos convictos do esforço que fizemos e à semelhança daquilo que ocorreu em muitos outros Municípios deste País julgo que é sobejamente reconhecido o esforço feito pelo Município de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Manuel Francisco Valente, Dr. António Rosa e Bruno Aragão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal ausentou-se. =====*

*===== A Senhora Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Manuel Francisco Valente, do PS, que disse: =====*

*===== Pois, este documento que nos foi entregue “foi feito um esforço para cumprir”, acabou de dizer o Senhor Presidente da Câmara. Eu não sei se esse esforço foi feito ou não, provavelmente terá sido feito, para cumprir é que é uma dificuldade maior porque o cumprimento está longe de ser uma realidade. Efectivamente se nós pegarmos nas conclusões que apresenta este documento, há aqui alguma mistura entre o que é a comparação entre a execução e a estimativa do saneamento financeiro e aquilo que é a gerência de 2009 e a gerência de 2008. Eu deixaria ficar essa comparação para a discussão da Conta de Gerência e iríamos àquilo que verdadeiramente importa e eu acho que o que verdadeiramente importa hoje aqui e agora é discutir entre aquilo que foi o Plano de Saneamento Financeiro aprovado e aquilo que foi estimado e aquilo que foi realmente foi executado. E aquilo que realmente foi executado deixa a desejar nalguns pontos e eu não vou fazer aqui uma análise exaustiva, mas queria deixar ficar pelo menos naqueles mais importantes alguma indicação. E começaria por a execução económico-financeira e na execução económico-financeira penso que falhou no duplo sentido: as receitas diminuíram e as despesas aumentaram, dois sinais contraditórios, só agravou a situação. Meus Senhores, crescem os custos de estrutura e investimento em €2.738.639 (dois milhões setecentos e trinta e oito mil seiscentos e trinta e nove euros), ou seja, 9,55%. O excesso deve-se e o relatório viu, ao volume do investimento acima do previsto em €2.932.183 (dois milhões novecentos e trinta e dois mil cento e oitenta e três euros). Pergunto: Será coincidência ou foi ano de eleições? Descem os proveitos, mais proveitos aferidos em €1.019.000 (um milhão e dezanove mil euros), ou seja, 3,22%. Não se cumpriu nem na receita, não se cumpriu na despesa. Vamos à evolução da dívida total do Município: a dívida em relação*

à previsão cresceu € 1.977.000 (um milhão noventa e sete mil euros), ou seja, mais 4,1% e já representa, tomem a atenção, 163,75% das receitas anuais do Município. Há um bocado o Senhor Presidente da Câmara mandou uma farpa, falou do José Sócrates quase por baixo da mesa e eu vou-lhe mandar uma farpa frontal para a Dra. Manuela Ferreira Leite, realmente coitada da Senhora, trabalhei com ela sete anos e é excelente para uma coisa, é um rigor extraordinário nas palavras e um total desleixo na acção, foi sempre assim e provavelmente vai continuar a ser porque já não tem idade para mudar. Mas repare, tanto barulho se faz, tanto barulho se faz, que a dívida nacional representa qualquer coisa como 76% do PIB, até já se faz uma comparação com a nossa situação com a Grécia, estamos na coisa pior do mundo e parece que ninguém se preocupa que a dívida da Câmara Municipal representa o “PIB em 163%”, quer dizer que se a Câmara paralisar nós temos ano e meio só para pagar a dívida, isto se a cumprir dói um bocado. Eu acho que se porventura a Manuela Ferreira Leite, apesar da proveta idade, ainda terá muito tempo para vir a Oliveira de Azeméis e aprender a governar, que provavelmente se ela governasse ou quisesse governar como governa a Câmara o Município de Oliveira de Azeméis, chegaríamos à conclusão, penso que claríssima e transparente de que a Grécia é afinal um rigoroso cumpridor da questão económica. Mas continuemos: a dívida a fornecedores que tanto se falou e se fez aqui o Plano de Saneamento cresceu € 3.123.000 (três milhões cento e vinte e três mil euros), ou seja 227,9%, ultrapassando inclusive a dívida real do período anterior ao Plano de Saneamento Financeiro, que era a dívida de 2008. Está no relatório, não precisei de muito, quando for preciso enuncio a página e o parágrafo. O prazo médio de pagamento a fornecedores de um Plano de Saneamento Financeiro previsto de quarenta e oito dias passou para cento e trinta dias. Dir-me-ão os técnicos ou a política que é o sítio ideal para também falar nela, aqui é o local para se falar de política, mas dir-me-á que a Lei das Finanças Locais permite que o prazo médio de pagamento vá até cento e oitenta dias. Pois muito bem, não tem problema nenhum, mas então porque é que fizemos um Plano para pagar em quarenta e oito e já pagamos a cento e trinta. Cuidado, é que o Orçamento de Estado, com a bênção do PSD, vem-nos dizer uma coisa: a dívida a partir de sessenta dias vai começar a cobrar juros, tomem nota. Estes factos, são os factos que vertem aqui. Acho salutar trocarmos impressões, a acta é algo importante mas o mais importante é que da troca de ideias consigamos levar este concelho a algo mais para a frente e que sirva para enriquecer todos, não me importa muito que a acta diga rigorosamente aquilo que foi dito, importa-me mais que o Executivo cumpra rigorosamente aquilo que diz. E o Executivo não cumpriu rigorosamente aquilo que disse no Plano de Saneamento Financeiro. E, perante estes factos, obviamente a nossa apreciação é negativa em relação a este documento, lamento mas não pode ser de outra maneira. Muito obrigado. =====

===== Seguidamente a Senhora Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. António Rosa, do PSD. =====

===== Não dou seguramente novidade nenhuma a ninguém, se disser que naturalmente a minha perspectiva não é de todo a perspectiva manifestada pelo colega do Partido Socialista. Em consciência seguramente que não é, a não ser que de facto tenha feito algum teatro naquilo que acabou de dizer, porque caso contrário seguramente que será também em consciência e naturalmente que também procurarei explicar porquê. Em primeiro lugar, nós estamos a fazer de facto a apreciação de um relatório de acordo com aquilo que a Lei estabelece, que procura acompanhar a execução do Município relativamente àquilo que se comprometeu através do seu Plano de Saneamento Financeiro. Estamos em Fevereiro, portanto como disse e muito bem e aí de facto peço desculpa porque não estamos totalmente em desacordo, de facto apreciaremos as contas do Município em Abril e, portanto, este será seguramente um cenário preliminar. No entanto, sendo um cenário preliminar do cumprimento do Plano de Saneamento Financeiro a que a Câmara Municipal se propôs, há um conjunto de notas que é importante referir e que de facto evidenciam o cumprimento que a Câmara Municipal ao longo dos dois anos e qualquer coisa de vigência deste Plano de Saneamento Financeiro fez no exercício das suas funções. Nomeadamente este Plano de Saneamento Financeiro decorre e eu peço desculpa de me repetir um pouco daquilo que disse creio que há dois meses atrás aqui mesmo, decorre de uma Lei que entrou em vigor quando o comboio vai em curso e, portanto, restabelece um conjunto de regras que os Municípios têm necessariamente, e bem, que reajustar a sua atitude, a sua conduta em função dessas regras, é a nova Lei das Finanças Locais. E naturalmente define um conjunto de requisitos para aqueles Municípios que porventura à entrada em vigor dessa Lei superem os limites máximos definidos. Foi esse o caso do Município de Oliveira de Azeméis, que reconheceu, que evidenciou e que procurou soluções para colmatar e enquadrar-se com a Lei como assim pretende e é de facto pessoa de bem, mas tenho que o dizer também que estavam nessas circunstâncias, e estão hoje, muitas e muitas dezenas de Municípios do nosso País, que naturalmente e por sua estratégia também terão optado por não enveredar por este caminho. E aquilo a que a Câmara Municipal essencialmente se comprometeu foi a duas coisas: Por um lado, pôr as suas contas em dia com os seus fornecedores e terceiros, Juntas de Freguesia, que testemunham também isto, não me deixam mentir e estão seguramente em sintonia com aquilo que eu estou a dizer e também o mundo associativo que seguramente também, temos aqui um representante máximo da estrutura associativa do Município, reconhecerá e tem reconhecido. Portanto, esse foi um aspecto que foi claramente cumprido. Um outro tem a ver com uma redução gradual e sucessiva do endividamento do Município e por consequência da sua dívida para terceiros. Enfim, esta diferenciação é necessária de facto fazê-la aqui para que se perceba na medida em que o Município pode apenas ser responsável por aquilo que é dependente da sua atitude. O Senhor Presidente disse e muito bem também, aquilo que outros devem ao Município naturalmente que não deve onerar, não deve pesar, nas eventuais consequências que o Município tenha decorrentes da sua gestão. E nesse sentido, este relatório de facto comprova aquilo que a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e a Assembleia Municipal também por aprovação deste plano se propuseram, nomeadamente a redução gradual ao longo destes três

anos, desde 2007, da sua dívida global do Município, das responsabilidades globais do Município desde 2007 até este momento. E, portanto, com base nestes dados preliminares a Câmara Municipal reduziu qualquer coisa como cerca de cinco milhões de euros na sua dívida. Reparem que isto pode parecer muito e pode parecer pouco, mas há uma coisa aqui que ninguém pode desmentir, é que isto é uma realidade em contra-ciclo, porque nós todos os dias ouvimos e a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis também não é alheia àquilo que é a sua envolvente e a crise social, a crise económica tem servido de argumento perante entidades terceiras relativamente ao nosso País que é Portugal, para justificar um défice galopante, porque o nosso País também ele está obrigado a um Plano de Saneamento Financeiro, com uma outra designação, porque também ele tem um patamar de dívida perante o exterior que é demasiadamente elevado para aquilo que era desejável. E, portanto, aquilo que eu gostava aqui de realçar, e seguramente que aí estaremos absolutamente em acordo, é que independentemente da redução da dívida e do endividamento do Município há claramente aqui uma questão que é essencial e que reforça o mérito que a Câmara Municipal tem neste cumprimento, é que num cenário em que as dívidas vão aumentando na generalidade da Administração Pública em Portugal, o Município de Oliveira de Azeméis sem prejudicar a sua capacidade de investimento, sem a interromper digamos assim, tem vindo a reduzir gradualmente a sua dívida e é isso que mostra este mapa. Neste momento prevê-se, com base nestes dados preliminares que a Câmara Municipal venha a reduzir cerca de dois milhões e qualquer coisa na sua dívida global. Eu gostava aqui de fazer uma outra referência também, sem me deter em grandes detalhes, há aqui uma questão que é essencial também e que reforça aquilo que temos vindo a dizer, que foi a preocupação do Senhor Presidente também e da Câmara Municipal no Orçamento que aprovou para o próximo ano, que tem a ver com uma coisa de extrema importância: a Câmara Municipal tem investido, tem criado infra-estruturas, tem que ter pessoas para estarem ao serviço dessas infra-estruturas e, portanto, para garantir a qualidade que se reivindica e muito bem, estou plenamente de acordo, na Biblioteca, nas Piscinas, no Pavilhão, enfim em tantos equipamentos que estão ao longo do nosso Município, que estão ao serviço das pessoas e, por exemplo, o valor previsto para custos com pessoal neste Plano de Saneamento Financeiro foi cerca de 4% acima daquilo que foi a realidade de 2009, ou seja, num Plano de Saneamento que foi prudente e foi rigoroso na previsão do crescimento das despesas com o pessoal, apesar disso a Câmara Municipal na sua execução foi capaz de medidas adicionais que retraíssem ainda mais esta percentagem das suas despesas. E sem falar em detalhe das outras despesas, aquilo que eu gostava de referir é o seguinte: o Senhor Deputado há pouco disse e bem, a Câmara Municipal em termos de custos de estrutura e investimento propunha-se no seu Plano de Saneamento Financeiro ter qualquer coisa como cerca de € 29.000.000 vinte e nove milhões de euros em 2009, de custos mais investimento. Aquilo que teve foi € 31.400.000 trinta e um milhões e quatrocentos mil euros. É um facto, houve aqui um crescimento, houve aqui uma derrapagem relativamente a esse propósito. Mas, por outro lado, é importante destacar o seguinte: é que naquilo que são os custos chamados correntes de estrutura da Câmara Municipal, a previsão

era de cerca de € 25.700.000 vinte e cinco milhões e setecentos mil euros e a realidade foi de €25.500.000 vinte e cinco milhões e quinhentos mil euros, menos duzentos mil euros, podemos dizer que é muito, podemos dizer que é pouco, a verdade é que é inferior àquilo que em situação restritiva a Câmara Municipal tinha previsto. E, por outro lado, vem a outra questão, enfim é preso por ter cão, é preso por não ter, naturalmente também aí temos que rebater e a nossa Bancada tem que rebater veemente. Este desvio acontece precisamente no investimento, porque há uma previsão de cerca de três milhões de euros, arredondados, não chega a isso e a realidade foi próximo de seis milhões de euros, portanto quase o dobro daquilo que estava previsto. Bem, então como isto é benéfico para a comunidade Oliveirense, coloca-se em causa se isto será uma coincidência ou se isto será um ano de eleições. Eu também aqui gostava de fazer esta referência, enfim porque enquanto Oliveirense, enquanto deputado e enquanto pessoa atenta a estas coisas, naturalmente que não posso de modo algum permitir que esta afirmação ou esta dúvida levantada passe em vão. É que na verdade a Câmara Municipal investiu sim, mas investiu e colocou ao serviço das pessoas e não estalou um dedo para que as coisas aparecessem, por exemplo umas piscinas municipais em 2009, um arquivo municipal em 2009, um pavilhão-oficina em 2009 e se o fez, fez porque muito tempo antes apresentou e viu aprovadas as candidaturas do III Quadro Comunitário de Apoio para estes equipamentos e, portanto, não poderia de modo algum haver qualquer tipo de estratégia de carácter eleitoral também para que esta realidade se verificasse. Esta era uma questão também e um ponto que eu penso que era importante repor neste sentido. Uma última referência para a questão que é no meio de todo este Plano de Saneamento Financeiro a questão essencial, que é o endividamento líquido municipal da Câmara Municipal e nesse sentido aquilo que se verifica neste momento como disse em termos preliminares há uma previsão de cerca de dois milhões de euros de redução no endividamento líquido municipal. É este de facto o grande parâmetro que está em causa e que avalia ou permite avaliar o grau de qualidade da execução da Câmara Municipal neste Plano de Saneamento Financeiro e, portanto, aqui será concerteza irrefutável esta questão. Uma última nota relativamente ao prazo médio de pagamento aos fornecedores, é que eu também gostava de dizer naturalmente que eu enquanto Oliveirense não me orgulho de que a Câmara Municipal pague a cento e trinta dias, creio eu, não me orgulho é um facto, deveríamos pagar se possível quando as facturas vencessem ao fim de trinta dias, mas na verdade também não podemos descontextualizar isto, é que há aqui um caminho de valores bastantes superiores que tendencialmente têm vindo a reduzir e que seguramente estou certo que na sequência deste plano irá de facto caminhar para aquilo que é a previsão dos cerca de cinquenta dias de prazo médio. Há um aspecto essencial também que justifica e que o colega não referiu há pouco e que eu vou aproveitar para referir: é que lendo com alguma atenção todo o relatório se percebe também o que é que justificou fortemente este patamar da dívida a fornecedores acima daquilo que era previsto. É que contrariamente também a uma grande discussão que aconteceu, pessoas diferentes ou algumas das pessoas diferentes aqui nesta Assembleia e que levaram a cabo, era que a Câmara Municipal se endividava para doze anos, mas empurrava para a frente e

*começaria apenas a pagar o empréstimo que estava a contrair ao fim de três anos, portanto, teria aqui espaço para continuar a fazer obras e, portanto, deixava para mais tarde para outros virem a pagar. Mas queria eu dizer só e isso era importante, enfim os Senhores Deputados leram com atenção, mas o Público porventura não saberá é que dos trinta e dois milhões de euros que a Câmara Municipal contraiu de empréstimo há dois anos atrás, durante o ano 2009 liquidou qualquer coisa como um milhão de euros desse valor, portanto, liquidou já uma parte substancial, que naturalmente se estivesse canalizado para fornecedores estaria em conformidade com os quarenta e oito dias. =====*

*===== A Senhora Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== De facto não me tinha inscrito em tempo oportuno, apesar de haver uma segunda ronda, mas há aqui um conjunto de questões que me deixaram um pouco inquieto. E a minha questão é: capacidade de investimento onde? Em Oliveira de Azeméis? Qual foi a despesa de capital inscrita no Orçamento que nós aprovamos em Dezembro? Chamar capacidade de investimento, quer dizer, vamos lá ver uma coisa: as taxas no concelho de Oliveira de Azeméis estão quase pelo nível máximo, como eu tive a oportunidade de dizer a propósito até daquela discussão da sensibilidade versus responsabilidade, poderíamos ter acrescentado até responsabilidade social se quiséssemos. As dívidas às associações tinham já um plano de pagamento anterior à dívida. A dívida veio passar para longo prazo aquilo que era a dívida a fornecedores, com um acréscimo, não se esqueçam disso, de € 16.000.000 (dezasseis milhões de euros) em juros. Portanto, podemos fazer isto em termos de itens: temos mais € 16.000.000 (dezasseis milhões de euros) de juros; temos a dívida a longo prazo, portanto a dívida continua na Câmara Municipal; a dívida a fornecedores aumentou agora como vimos; temos taxas máximas no concelho de Oliveira de Azeméis; temos obra de facto, mas é preciso ver qual foi a participação do Estado aí. Isto não é uma dívida que resulte em investimento directo da Câmara Municipal em piscinas, em pavilhão-oficina, atenção, sempre e já batemos imenso nessa tecla aqui, há imensa participação do Estado na maioria dessas obras. São óptimas? São, sim senhora, foi bom termos feito um conjunto de candidaturas para essas obras, ninguém põe em causa, agora não mascaremos aquilo que é a realidade. Não temos capacidade de investimento, estamos limitados pelo Tribunal de Contas em muitas dessas questões, temos taxas máximas no IRC, temos taxas máximas de Derrama, temos taxas máximas em muitas dessas coisas, temos associações que andam há anos com planos de pagamento, aliás tive a oportunidade de questionar o Senhor Presidente logo no início como é que estaria esse plano de pagamento. Esta é a realidade de Oliveira de Azeméis e o que este relatório veio mostrar mais uma vez é a contínua dificuldade que temos em honrar a maioria dos nossos compromissos. Pagamos a menos tempo, é verdade, mas a maioria das Câmaras já pagam a menos tempo, como mostra um estudo que saiu ainda no ano passado e que não nos coloca numa posição nada*

*honrosa e a maioria da Câmaras conseguiu de facto diminuir. Esta é a realidade do nosso concelho. =====*

*===== A Senhora Prof. Isabel Vilhena, Primeira Secretária da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Já que estamos na fase da apreciação não vamos evidentemente proceder aqui a nenhuma contestação dos números porque eles falam por si, isso ninguém tem dúvidas e eu até porque sei porque conheço a paixão clubística do Manuel Francisco Valente, que é comum, é pública, estou preocupado porque ontem viveu um momento de alegria e eu espero que já tenha feito essa apreciação antes de ontem, porque se fizesse hoje essa apreciação se calhar estava mais inspirado e era um bocadinho mais simpático. Em primeiro lugar, queria dizer ali ao José Lourenço, que ele foi hoje o primeiro a falar, a abrir as hostilidades, que deve ficar preocupado porque ao ouvir o seu colega de Bancada Francisco Valente, então é que nunca mais se recupera o Caracas, mas não se preocupe que o Caracas vai ser recuperado assim como os investimentos vão continuar a ser feitos. E agora vou citar o Bruno Aragão “temos obra, de facto, são óptimas? são, sim senhor”. Isto já está a melhorar: temos obra, estamos a reduzir, não estamos a atingir os valores máximos, já aqui foi explicado pelo Senhor Deputado Francisco Valente. São números e os números não vamos agora estar aqui a discuti-los, porque senão é uma discussão sem fim, aliás o Senhor Deputado Manuel Francisco Valente tem esse treino da Assembleia da República, porque trabalhava na Comissão de Orçamento e Finanças e, portanto, acompanhou muito de perto, ali na primeira fila, essas discussões e então truques orçamentais, truques no bom sentido da palavra orçamental, leitura dos números, quando nos dá jeito puxar por uns, esquecer outros, mas não vamos entrar por aí, porque acho que não vale a pena entrarmos por aí. O que importa é reconhecer e eu julgo que isso se pode fazer com mais simpatia ou menos simpatia, como eu disse na intervenção inicial, o esforço que estamos a fazer. Estamos a trabalhar para resultados positivos, é para isso que trabalhamos, é por isso que estamos cá e é por isso que diariamente lutamos. Vamos atingir? Esperemos que sim, estamos a fazer tudo para que isso aconteça. Há uma nota também que ninguém focou, talvez por esquecimento, mas julgo que é importante, para que se perceba a forma como os números podem de alguma forma iludir algumas percentagens. A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis teve capacidade, foi autorizada a endividar-se em trinta e quatro milhões de euros. Lembram-se? Trinta e quatro milhões de euros. Primeiro foi dezasseis, que foi chumbado e depois trinta e quatro, estamos de acordo? A Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis desse empréstimo utilizou trinta e dois milhões quatrocentos e noventa e seis mil euros. Só vos peço para fazer este exercício, imaginem que este milhão e quinhentos mil também estava no empréstimo, seguramente que algumas percentagens que aqui foram faladas, já não eram faladas dessa forma. Os trinta e quatro milhões de euros eram o limite máximo. Senhor*

*Deputado Francisco Valente, quero-lhe dizer que ainda recentemente um Administrador da Caixa Geral de Depósitos aqui esteve na Câmara Municipal, com um conjunto de pareceres a dizer que têm lá um milhão e meio se quisermos. Está a ver? E nós dissemos: “não queremos”. Sabe porque é que não queremos? Porque queremos manter este rigor e este esforço. E agora pergunto: o Senhor Francisco Valente falou dos cento e trinta dias, do prazo médio de pagamento, de cento e trinta dias. É verdade, não cumpro o objectivo que estava definido, o objectivo definido no plano era de quarenta e oito dias. Senhor Deputado Francisco Valente, é o que eu lhe estou a dizer, eram quarenta e oito dias que estavam no Plano, nós ficamos com um prazo médio de pagamento a fornecedores de cento e trinta dias, respeitando claramente aquele que é o limite legal, que são cento e oitenta dias. Senhor Deputado Francisco Valente, melhoramos ou pioramos? Melhoramos consideravelmente o prazo médio de pagamento a fornecedores. Melhoramos ou não melhoramos? Ouça, pergunte aos fornecedores se eles estão a receber mais cedo ou se estão a receber mais tarde, esta é que é uma questão concreta e por isso nós podemos estar aqui percentagem acima, percentagem abaixo, podemos estar aqui a noite toda e podemos estar à vontade, e o Senhor Deputado Francisco Valente, eu reconheço-lhe muita capacidade nesta e noutras matérias e muito conhecimento e traquejo na análise dos números, mas aquilo que eu peço a todos que acompanhem neste esforço que estamos a fazer e que todos têm que estar conscientes e que todos reconhecem. Ouça, os Presidentes de Junta são dos principais “sacrificados”, temos que reconhecer, tomara eu poder-lhes dar muito mais dinheiro. Ouça, os investimentos deles são sempre muito mais ponderados, não tenha a menor das dúvidas disso, deste princípio da descentralização, mas neste momento o esforço que estamos a fazer não nos leva ainda a que possamos aumentar esses valores. Seguramente que estamos hoje, eu percebo que muita gente fervilha com estas coisas, e isso é bom, mas não vamos estar a antecipar a discussão. Os preliminares são excelentes em todo, também nas contas, e vamos estar aqui para discutir as contas em Abril Senhor Deputado. Nós hoje estamos a discutir os preliminares, não vamos antecipar a discussão e, portanto, em Abril cá estaremos para discutir as contas. E, portanto, meus caros, dizer-vos que eu considero salutar esta discussão, esta argumentação, acho extraordinariamente interessante, estimula-nos, chama-nos à atenção para um conjunto de situações, aponta-nos alguns caminhos e algumas correcções que ainda temos que fazer para podermos cumprir na íntegra. Esse é que é o objectivo, cumprir na íntegra, nós não assumimos o Plano de Saneamento Financeiro para agora andarmos a falhar. Ouça, Manuel Francisco Valente, com o mal dos outros nós podemos bem. Eu tenho falado com alguns Colegas Autarcas que têm o Plano de Saneamento Financeiro e sabe quantos itens é que eles cumprem? Nenhum. Como eu estava a dizer, com o mal deles nós podemos bem, nós não nos podemos guiar por isso, agora temos é que estar atentos como é que eles vão ser tratados, porque se nós estamos a fazer um esforço, nós todos não é o Executivo, somos todos, se estamos a fazer um esforço esse esforço também deve ser visto com outros olhos, ao contrário daqueles que não estão a ligar nenhuma, a dizer “é impossível”, porque se nós tivemos também a oportunidade de fazer um Orçamento Rectificativo isto era mais fácil, entre outras coisas, se*

*podéssemos recorrer a isto ou àquilo. Não podemos, a Lei não nos permite e, portanto, é com isto que temos que trabalhar e muitas vezes o óptimo é inimigo do bom como vocês sabem, portanto, aquilo que importa aqui realçar uma vez mais são os sacrifícios que estamos a fazer e eu espero que os sacrifícios tenham um bom resultado, porque senão é uma frustração enorme estarmos a fazer sacrifícios e não atingirmos os resultados. Isso é um sacrifício enorme, eu ainda agora olhava para a cara do Senhor Ministro Teixeira dos Santos, de quem tenho respeito e amizade, e senti uma frustração enorme, o esforço que ele fez e por não estar a atingir os objectivos que estava a atingir, mas nós também não vamos estar aqui a fazer comparações com aquilo que o Governo faz e o que as Câmaras fazem, com o Primeiro-Ministro, com a Líder de Oposição, não vale a pena entrarmos por aí. Senhor Presidente, julgo que esta apreciação é francamente interessante, positiva e estimulante e adivinha, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em Abril de 2010 uma grande discussão e o Senhor Presidente aí vai ter que pensar um bocadinho nos tempos, temos que dar mais tempo aos Senhores Deputados Municipais, porque vai valer a pena discutir essa matéria. Muito obrigado. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento do referido documento.*

*===== Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. =====*

*===== **Ponto dezasseis:** PI/6606/2009 – José de Jesus Ribeiro – Margem de acerto e rectificação. =====*

*===== **PI/6606/2009 – JOSÉ DE JESUS RIBEIRO (I/92202/2009)**, vem em aditamento ao processo em epígrafe, requerer margem de acerto e rectificação para a área de 1012m<sup>2</sup>, sita na Zona Industrial, freguesia da Vila de Cucujães, concelho de Oliveira de Azeméis, considerada no PDM como área de transição, classificando-se essa área como espaços industriais, de acordo com o estipulado no n.º 2 e n.º 4 do art.º 70.º do RPDM. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares. =====*

*===== Este ponto é o cumprimento final de um pedido de margem de acerto que já foi aprovado em reunião de Câmara, foi publicado o edital no jornal respectivo e ninguém reclamou no prazo legal. Trata-se de uma margem de acerto e rectificação de mil e duzentos metros quadrados que estão como área de transição no PDM e que se pretende que a alteração seja para espaços industriais. Isto é na Zona Industrial das Cavadas, em Cucujães e*

*independentemente dos critérios que as Bancadas costumam usar está em cumprimento do artigo 70.º, nºs 2 e 4 do Regulamento do PDM e, portanto, na nossa óptica está em condições de merecer aprovação definitiva. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Dr. Fernando Pais Ferreira, Dr. Miguel Portela e Bruno Aragão. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS. =====*

*===== De facto, com este parecer, alguma coisa há-de haver para V. Exa. explicar porque é que há um parecer negativo, desfavorável à pretensão do requerente e é votado em reunião de Câmara e vem aqui a esta Assembleia. Repare-se que dos pontos que constam lá há de facto um parecer dos técnicos da Câmara que dizem uma coisa que é muito simples “ponto 5- De acordo com a digitalização efectuada pelo Gabinete de Informação Geográfica Municipal, parte da implantação proposta para as obras de ampliação situa-se em espaços florestais definidos na Carta de Ordenamento do PDM”. Além disso, é feita uma averiguação do pedido do licenciamento para ampliação do estabelecimento industrial e a primeira conclusão a que os técnicos da Câmara chegaram foi parte da ampliação ficava em espaço florestal de acordo com a Carta de Ordenamento do PDM. Mas mais: não são respeitadas as condicionantes de construção para este espaço definidas no artigo 23 do Regulamento do PDM, nomeadamente na actividade prevista no estabelecimento industrial, dimensão mínima de parcela, número de pisos e área máxima de construção. Ora bom, o que é que se passa aqui? Eu esperava que o Dr. Ricardo Tavares nos explicasse porque é que não obstante ter um parecer técnico com esta formulação, o parecer é técnico, nos explicasse primeiro porque é que votaram em reunião de Câmara e em segundo lugar porque é que propôs. Eu entendo que podem haver de facto razões políticas e razões até económico-sociais pertinentes, mas o que é facto é que todos nós sabemos que a violação de um PDM não é uma situação que a Lei trate de forma leviana ou de forma menos rigorosa. A violação do PDM consubstancia que este acto assim configurado padece de nulidade. E a nulidade o que é? Todos nós, qualquer um de nós pode meter uma acção pedindo a nulidade deste acto e a nulidade é invocável a todo o tempo. Mas imagine-se que, Senhor Presidente de Câmara, para todos nós ficarmos a perceber um bocado o que é que isto é, o que é que isto significa, imagine-se e é o que vai acontecer, que isto sai daqui aprovado, o interessado legitimamente procede às obras de ampliação de construção e um qualquer interessado, o Ministério Público, mete uma acção no Tribunal Administrativo ou Fiscal competente, neste caso Aveiro e pede a nulidade desta deliberação por violação do PDM. O que é que acontece? Acontece que o Tribunal muito provavelmente decretará a nulidade e depois vem o particular pedir responsabilidades à Câmara por ter praticado um acto nulo. Eu acho que é isto que V. Exas. deverão dizer a quem vai votar neste momento esta situação. Mais,*

*responsabilidades sancionatórias, eu não quis usar o direito de réplica há bocado, mas responsabilidades sancionatórias nomeadamente quanto à responsabilidade política das deliberações tomadas é, Senhores Membros da Assembleia Municipal, uma realidade. V. Exa., Senhor Presidente da Câmara, entendeu quanto àquela questão do Tribunal de Contas não dar grandes justificações aos Membros da Assembleia Municipal, mas o que é facto é que hoje em dia, cada vez mais, os Autarcas, os Vereadores, os Membros das Assembleias Municipais, cada vez mais e a tendência é esta, são responsabilizados pelos seus actos. Muito resumidamente eu só queria que V. Exa. desse em função daquilo que eu disse os necessários esclarecimentos para que os Membros desta assembleia possam votar em conformidade. Tenho a certeza que V. Exa. terá uma explicação cabal e idónea para isto. É óbvio que eu não vou embora sem vos dizer aqui uma coisa, isto também reflecte e eu acho que isto é também uma preocupação, a Revisão do PDM e de facto se calhar estas margens de acerto, todas estas situações, “violações” que se cometem seriam perfeitamente evitáveis com uma remodelação séria do PDM. Este é um desafio para V. Exas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Miguel Portela, do CDS/PP. =====*

*===== Quando analisei este ponto, realmente o que disse aqui o Colega do PS também me chamou à atenção. Sou sincero que pus a questão até que ponto a Assembleia Municipal pode ultrapassar o que vem no PDM, que desconhecia, não sabia, também me tentei informar. Sendo uma questão de legalidade, não sei até que ponto a própria Assembleia Municipal pode deliberar e ultrapassar esta decisão. Não estou a pedir ao Senhor Presidente que me diga se vote contra ou a favor, não é isso que interessa, porque infelizmente está num lado. O que é que se passa aqui? Eu acho que os PDM devem ser respeitados, porque é para isso que existem. Eu vou-vos explicar porquê: é muito desagradável quem tem uma habitação surgir-lhe ao lado uma coisa que não está prevista no PDM, o que leva a que se mais tarde se a legalizarmos vão aparecer muito mais coisas não previstas lá à volta. Se há uma questão que realmente é importante para o proponente, o PDM está a ser revisto, acho que esta era uma questão de se propor a alteração, se realmente não há problema nenhum em fazê-lo assim e se a Câmara realmente acha que não há problema nenhum, que a legalidade não vai ser beliscada. Agora fala-se nos locais de estacionamento, que vem lá a dizer que não dá locais privados, à partida não há problema. Quem não for à empresa, pode pôr nos lugares privados que ele lá põe? Todos os prédios que metem parque de estacionamento não podem cingir-se a quem lá estaciona, se ele não dá os lugares de estacionamento previstos por Lei, por dar os privados, isso é legal? Será que quem quer estacionar pode ir pôr lá dentro, não indo tratar de trabalho com a empresa? Ponho essa questão e realmente o que falou aqui o Dr. também acho que é importante ver, acho que as empresas não devem ser boicotadas, deve-se trabalhar e tentar ajudá-las, se isto realmente é importante temos que ver este aspecto que é muito importante, as*

*empresas são um bom motor para qualquer Município, temos que tentar perceber qual é a melhor maneira para se tentar resolver esta situação sem prejudicar o Município e sem prejudicar a empresa. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Senhor Presidente, eu só vou dar aqui uma brevíssima explicação, mais de enquadramento geral, depois do ponto de vista do pormenor o Dr. Ricardo dá mais explicações. Perguntaram os Senhores como é que se resolve, como é que se ultrapassa esta situação e uma das questões é com um novo PDM. Não vou explicar as razões que levaram e com base em que instrumentos é que foi feito o último PDM. O PDM está prestes a concluir o seu trabalho, mas já agora deixem-me desabafar também, sabem que é muito bonito dizer que o PDM está há muitos anos para ser revisto, é verdade, está há muitos anos para ser revisto. Mas olhem, na quinta-feira passada foi marcada uma quarta CMC, uma quarta CMC que tem a presença dos representantes dos diversos dos diversos Ministérios do PDM, vinte e tal pessoas à volta de uma mesa, tudo fechado, apresentação em PowerPoint, pronto a ser aprovado, da terceira CMC poucas dúvidas, as dúvidas que haviam a esclarecer tinham sido esclarecidas quer na REN, quer no Ministério da Agricultura, quer na DGOTDU, quer naquelas outras coisas que estão lá a representar nestas CMC, eram mais de vinte pessoas. Trabalho feito, trabalho de casa feito, esta quarta CMC. O que é que aconteceu? Sabem o que aconteceu? As pessoas que lá estavam a representar os Ministérios não eram as mesmas e apresentaram dúvidas que alguns já tinham apresentado há três ou quatro anos. Eu pergunto: é assim que se trabalha? É impossível trabalhar e, portanto, quando se comenta há tantos nos que andam a alterar o PDM, como se parece o PDM ao se fazer um clique é alterado. Esta tramitação burocrática, que tem vindo a ser aligeirada e por alguma coisa ela tem vindo a ser aligeirada, porque se não é impossível rever um PDM, o que leva a que aquilo que era a última reunião da Comissão Mista de Coordenação já não fosse a última, mas mesmo assim nós continuamos, aliás porque imediatamente despoletamos outros mecanismos, porque se os Órgãos desconcentrados da Administração Pública, imagine que na próxima já vinha outra pessoa do Ministério da Agricultura, outra do Ambiente, outra disto, outra daquilo, então a gente nunca mais aprova nada. E, então, o que é que vamos fazer? O que é que já fizemos entretanto? Tivemos um dia a escrever aos responsáveis máximos dessas instituições a dizer “então como é que é?” Ou é sempre a mesma pessoa ou é fácil e é aquilo que nós precisamos e merecemos depois do trabalho que estamos a fazer, ou então, se estamos permanentemente a mudar os representantes dificilmente eles aprovam, porque são confrontados com a situação, alguns colocaram questões que já tinham sido colocadas há quatro anos e há três anos e que já tinham sido esclarecidas, respondidas. Assim é muito difícil, mas mesmo assim nós continuamos a achar que vamos ter um novo PDM em 2010. O que se trata aqui, o que estamos aqui a falar? Está aqui um nome*

*particular, do requerente Senhor José Jesus Ribeiro, nós estamos a falar de uma empresa dos Estores Ribeiro, na Zona Industrial de Cucujães, estamos a falar de uma Zona Industrial e depois, meus caros, às vezes vimos aqui e dizemos “porque nós estamos preocupados, regulamentem lá essas coisas, porque as empresas saem daqui se não poderem crescer, se não tiverem terreno”, e nós estamos a falar de uma empresa que quer crescer, não é? E, portanto, há aqui conforme o Dr. Fernando Pais Ferreira disse, e muito bem, há também seguramente aqui preocupações de índole económico- social. Agora aqui é uma questão de pesar na balança o que é que é mais relevante estando nós numa zona industrial, neste caso na zona industrial de Cucujães. Eu chamava também a vossa atenção para isso, para alguma sensibilidade para estas matérias e evidentemente só tem sensibilidade quem quer e isso aí a gente já sabe e a sensibilidade não se compra, nem se estuda, ou se tem ou não se tem, ou nasce connosco ou não nasce e, portanto, estas são algumas preocupações que eu queria partilhar convosco. E agora se o Senhor Presidente me autorizasse, o Senhor Vice-Presidente daria aqui explicações mais técnicas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou o uso da palavra ao Senhor Vice-Presidente Dr. Ricardo Tavares, para dar mais explicações. =====*

*===== Eu só queria esclarecer aqui algumas questões que foram levantadas pelo Dr. Fernando Pais, porque esta conversa já não é estéril aqui, não é? Nos quatro anos passados, tivemos aqui dezenas de casos destes, tivemos casos em que haviam prédios com cem metros de área industrial e nove mil de área florestal e aprovamos aqui margens de acerto para os nove mil em espaço florestal, com informações técnicas desfavoráveis, sempre com este argumento do PS a dizer que isto era ilegal, que o acto era nulo e tal e até agora não há problema nenhum. Já tivemos o IGAT a fiscalizar as margens de acerto na Câmara Municipal e todos concordaram que tinha cumprido as regras do PDM. Agora, quem decide, quem despacha na Câmara Municipal não são os técnicos, é o Vereador e neste caso é a Assembleia Municipal ou é a Câmara Municipal quando tem que ser, não são os técnicos que decidem, eles podem ter um critério interpretativo que é diferente do meu, mas eu quando trago aqui as decisões eu não estou a querer que ninguém tome decisões ilegais, porque também é responsável por elas sou eu porque estou a praticar um acto nulo e esse sim para o Órgão Executivo até pode gerar perda de mandato e eu não iria trazer aqui actos nulos ou achando que eram nulos. O que se passa aqui é que há técnicos que entendem que não é possível margens de acerto de áreas não urbanas para áreas urbanas, é um critério de engenheiros ou arquitectos que assim entendem. Eu entendo que o artigo 70, n.º 2 do Regulamento do PDM permite que para fins industriais todo o tipo de solo não urbano possa ser para fins industriais. É tão só isto que está aqui em causa. A Câmara Municipal nos últimos cinco anos tem com isso permitido que dezenas de empresas se fixem em Oliveira de Azeméis. Eu não percebo sempre esta atitude do PS, que está sempre a dizer que há empresas a sair do nosso concelho, mas nunca teve a coragem aqui de aprovar*

*uma margem de acerto para permitir ou que as empresas se instalem, ou que elas se ampliem ou se alterem, por isso é que eu não percebo estas contradições permanentes por parte da Bancada do PS, já no passado e agora. Portanto, todas estas decisões têm sido em benefício do desenvolvimento industrial do nosso concelho. É claro que com a cartografia actualizada, na próxima Revisão do PDM não vão existir margens de acerto. As margens de acerto existem, é um figura consagrada no Regulamento do PDM, foi aprovada em resolução do Conselho de Ministros e tem como pressuposto o reconhecer-se que a cartografia estava desactualizada e poderia levar a erros destes, por isso é que trazemos aqui para permitir a ampliação desta unidade industrial, é preciso ver que nesta informação técnica há uma outra autoridade responsável pelo licenciamento industrial, que está ali a dizer no ponto número dois, que está anexa ao processo, o deferimento do pedido de autorização para alteração de estabelecimento industrial emitido pelo Ministério da Economia e Inovação, que eles também não praticam actos ilegais que eu saiba, eles também respeitam os Regulamentos do PDM. Eu continuarei a explicar-lhe, Senhor Dr., nas futuras margens de acerto até termos um novo PDM. No novo PDM a discussão das margens de acerto vão deixar de existir porque como a cartografia é correcta, exacta, não vai haver erros que estiveram aqui às vezes em assinalar na planta, por exemplo, no mesmo prédio uma área industrial e outra área florestal no mesmo prédio matricial e isso ocorria devido à deficiência da cartografia, por isso é que foi possível a figura da margem de acerto. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Bruno Aragão, do PS. =====*

*===== Senhor Vereador, são apartes desagradáveis e obviamente eu não sei que ideologia usa, mas não é a minha com certeza, falo sempre por minha voz, posso falar publicamente se quiser, mas acho que são apartes absolutamente desagradáveis, desculpe eu não funciono assim, são apartes desagradáveis. Senhor Vereador, é óbvio que não só essas questões que estão em causa. Quando se fala em margens de acerto, sobretudo aquelas que fizemos nos últimos anos, absolutamente avulso, o Senhor está capaz de dizer qual é que foi a área florestal que já passou para área industrial? Sabe qual é a quantidade de área que já passou, sabe qual é a consequência disso em termos de ordenamento do território? Sabe qual é a consequência, sobretudo, a norte do concelho em termos de mancha verde? Está capaz de dizer qual é essa área toda? É óbvio que não é só essa questão que está em causa, é óbvio que não é. Qual é a mancha verde que está em causa aqui? O que é que quer dizer quando passamos nove mil metros para área industrial ou não? É isso que estamos a dizer, é preciso ter a noção destas coisas. =====*

*===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dezasseis à votação, tendo sido deliberado por maioria aprovar a proposta apresentada, com a seguinte*

votação: a favor- vinte e seis do PSD; contra- catorze do PS; abstenções- duas do CDS/PP e uma do Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque. =====

===== **Ponto dezassete:** Eleição de representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. =====

===== A Bancada do PSD propôs o Senhor Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul, designada de Lista A. =====

===== A Bancada do PS propôs o Senhor Bernardo Amaro Simões, Presidente da Junta de Freguesia de S. Roque, designada de Lista B. =====

===== Colocadas à votação por escrutínio secreto as listas apresentadas, o resultado foi o seguinte: Lista A- vinte e sete votos; Lista B- quinze votos e dois votos em branco; Deste modo, foi nomeado o Senhor Carlos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul, como representante das Juntas de Freguesia no Conselho Municipal de Educação. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Dr. Fernando Pais Ferreira, do PS, para fazer uma interpelação à Mesa. =====

===== É só para fazer uma interpelação à Mesa, eu creio que todos nós partilhamos isto, é sobre a condução dos trabalhos, que nada tem de criticável. São 22h e 30m, nós não temos que nos esgotar, a Assembleia Municipal não tem que acabar por exaustão das pessoas. Eu queria se calhar dar uma sugestão no sentido de nós repartirmos isto para não prejudicar a hora de jantar, ou eventualmente fazer uma introdução e recomeçar os trabalhos. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Estamos perfeitamente de acordo, vamos registar isso e nas próximas vamos ter outro tipo de actuação. =====

=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Jorge Paiva, Amílcar Braga, Marisa Valente e Prof. Leonel Martins. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Jorge Paiva, residente na freguesia de Fajões. =====

===== Boa noite. Aquilo que eu vinha aqui dizer não é nada de especial, mas a partir do momento que ouvi falar em Fajões, espreitei-me os meus horizontes para dizer algumas palavras de circunstância e de agradecimento. Circunstância, porque andei uns anos e convém a Assembleia Municipal saber disto, acho que deve saber disto, andei uns anos a contestar, chamavam-me contestatário mas o facto é que a verdade veio ao de cima como o azeite. Fajões, é uma terra que eu gosto muito, uma terra que eu durante anos ajudei a crescer, com muitas dificuldades, mas sempre primei pela boa educação, nomeadamente no trato que tive no relacionamento com os vários Presidentes de Câmara, as várias instituições por onde eu passei, a Sub-Região de Saúde de Aveiro, Centro Regional de Saúde de Aveiro, etc., que eram aquelas com que a Junta precisava de dialogar para conseguir alguma coisa para a minha terra. Quando li nos jornais, porque aqui nesta sala ou noutra nunca ouvi, contestar publicamente o Senhor Presidente da Câmara ou pelo menos saber pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que não era o nosso actual Presidente da Câmara, saber pedir que é uma virtude e um dom que se conquista de pequenino, nunca ouvi aqui a pedir, pelo menos recordo-me do segundo protocolo que foi celebrado com a Freguesia de Fajões em Junho do ano passado e no dia seguinte na Assembleia de Freguesia de Fajões, aqui o ex-Presidente da Junta nada disse, não contestou, não criticou e nem pediu e no dia seguinte na Assembleia de Freguesia vem em cima do Presidente da Câmara e a dizer que a Câmara não pagava. Isto é uma vergonha e é uma vergonha porque eu há três anos denunciei ao IGAL de que as obras efectuadas há quatro anos, porque a preocupação dos noventa e seis mil euros de dívida actual da penhora, mais cinco mil euros para a solicitadora de execução, isso até nem preocupa, isso é o valor de um ano de receita da Junta de Freguesia. Eu peço perdão ao Senhor Presidente da Junta, ele já falou e bem, o Senhor Presidente da Câmara também já falou e bem, o Membro da Assembleia Municipal Dr. Fernando Pais não foi tão bem, não foi, somos amigos mas o senhor sabe que eu lhe dou na “testa” quando for necessário. Eu fui contestando porque é inadmissível sem ter orçamentação, cabimentação orçamental, sem ter qualquer acordo com a Câmara Municipal, há quatro anos eu denunciei isto e desmistifiquei como é que foi o contrato e o protocolo com o empreiteiro. Quer dizer vai-se fazer uma obra de vinte mil contos, sem contrato público nem nada, a pagar num ano e agora ao fim de quatro anos aparece uma penhora à Junta de Freguesia de Fajões, durante cento e dezasseis meses, mais ou menos, ela será paga, são € 800 (oitocentos euros) por mês, parece pouco mas é muito para a freguesia de Fajões porque infelizmente até o Fundo Financeiro das Freguesias que é a receita que o Estado dá proveniente dos nossos impostos, foi toda gasta numa data anterior e o sucessor não ficou com um tosto para pagar aos funcionários, o seguro do tractor, a luz, etc.. A penhora, cem mil euros, até é barato, já se pagou trinta mil euros de juros, isto é mais grave, agora duzentos e quarenta mil euros a totalidade da dívida numa freguesia que por ano recebe cento e dez mil euros aproximadamente é uma irresponsabilidade muito grande. Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros da Assembleia Municipal e Senhores Vereadores, aquilo que eu peço como Fajoense, um amigo que sou de Fajões e pela cordialidade que tenho com toda a gente, não há

*ninguém que possa dizer que eu fui mal-educado, quaisquer dos Vereadores quer seja do PSD ou do PS, mas aquilo que eu peço é se puderem ajudar a actual Junta de Freguesia a arranjar uma plataforma de entendimento para que Fajões pelo menos prossiga em algum caminho. É aquilo que eu peço. O Senhor Dr. Fernando Pais podia ter dito isso no passado, porque eu dizia-lhe “não o defenda tanto, isso não é verdade”, eu dizia-lhe isso. Aquilo que o Senhor Presidente da Câmara disse, e bem, eu estou plenamente de acordo que as verbas saiam devidamente protocoladas, foi assim no meu passado e eu nunca faltei ao respeito. E a propósito da questão da Saúde, também ouvi parte das explicações do Senhor Presidente da Câmara, eu sei que não é a Câmara a responsável, mas eu agradecia que dessem uma ajuda a recolocar aquilo que estava colocado. Nós não temos nada contra Cesar, até queremos pertencer à Unidade de Saúde Familiar do Nordeste, agora queremos é também habitar o nosso quarto, de facto aquilo é uma habitação, tem vários departamentos e se assim for está tudo bem. Tenho dito, muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Amílcar Braga, residente na freguesia de Nogueira do Cravo. =====*

*===== Boa noite. Eu estou aqui enquanto Munícipe, porque tenho um problema que tem a ver com a Câmara Municipal e eu vou então expor. Eu moro em Nogueira do Cravo, na Urbanização Minas do Pintor e desde há cerca de um ano e meio tive sucessivas rupturas de água, não só à saída da minha porta, que foram reparadas, três, pelos serviços da Câmara Municipal, como duas dentro da minha habitação. Foram rupturas que levaram a um consumo de água extremamente excessivo e que fez com que a factura que me foi apresentada para ser paga rondasse numa primeira vez seiscentos euros, na segunda à volta e quinhentos e tal euros. Chamei a empresa que fez a instalação da rede, que fez medições da pressão e a pressão às oito e meia da manhã era de nove bars, atingiu nove e meio e depois até ao meio-dia andou nos oito, nove bars, quando a Legislação prevê que a pressão da rede não deve exceder os seis bars, é o que está no Decreto-Lei que regulamenta isso. Eu fiz no dia 07 de Setembro uma exposição/reclamação à Câmara, da qual não obtive nenhuma resposta; dirigi-me no dia 11 de Novembro novamente ao serviço da Câmara e o funcionário que me recebeu disse “faça outra reclamação” e eu fiz nova reclamação. Estamos neste momento no dia 26 de Fevereiro e não obtive nenhuma resposta do serviço da Câmara, a única comunicação que eu tive foi a avisar-me que eu tinha que pagar até ao dia não sei quantos de Dezembro a factura sob pena de ser remetido para contencioso, para me obrigar a pagar. Ora, o Código do Procedimento Administrativo estabelece um prazo para que os requerimentos tenham resposta e eu fazia um requerimento não para pagar o valor que vinha na factura, mas que o que me fosse facturado fosse o consumo médio dos meses em que eu não tive rupturas. Portanto, quem está em incumprimento é a Câmara Municipal por duas razões: em primeiro lugar, por ter uma pressão excessiva na rede que contraria o que está legalmente estabelecido; em segundo lugar, por não*

*me ter dado resposta enquanto Múncipe. Eu acho que devia ter tido uma resposta que não me foi dada. A questão que eu vinha colocar era se eu sou Múncipe com os mesmos direitos das outras pessoas ou se não tenho direitos nenhuns. Portanto, era essa a questão que eu queria colocar. Tenho aqui a documentação toda que entreguei na Câmara Municipal, se for necessário nos próximos dias entrego mais uma cópia para ter uma resposta, para eu depois em função da resposta tomar a atitude que julgar mais conveniente. Obrigado. =====*

*===== Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora Marisa Valente, residente na freguesia de Macinhata da Seixa. =====*

*===== Apresento-me nesta Assembleia como cidadã, Macinhatense e, principalmente, como Mãe. Confesso que não percebo de política, mas também não é isso que me motiva estar aqui. O que me motiva é o amor pela minha terra e a tristeza que sinto em ver uma aldeia tão bonita ir definhando dia após dia. Soube, há relativamente pouco tempo, que o passivo da Junta de Freguesia era de cerca de cento e quarenta e oito mil euros, coisa que me surpreendeu bastante, não imaginava que o valor fosse tão elevado. Como a Junta de Freguesia devido a esta situação não consegue suportar tais despesas, resolvi vir a esta Assembleia, como um acto quase desesperado de pedido de ajuda para as Escolas de Macinhata da Seixa. Recentemente, como todos sabem, houveram umas pequenas obras na Escola do Cruzeiro n.º 2, mas devido à falta de conservação deste edifício, que ficou degradado e onde há alguns anos atrás as reparações de baixo valor, hoje em dia com a degradação do tempo o valor é um pouco mais elevado. Nós, Pais, estamos dispostos a ajudar a recuperar a Escola do Cruzeiro n.º 2, mas também temos consciência de que por muita boa vontade tenhamos, sozinhos não o conseguiremos. Por isso, venho pedir a colaboração de todos: Câmara Municipal, Junta de Freguesia, Assembleia e também a todos os Macinhatenses, pois estou convicta que o Povo de Macinhata também vai ajudar, como já o fez no passado e por diversas vezes. Para os Macinhatenses a Escola do Cruzeiro n.º 2, é um símbolo carregado de memórias, onde por ali estudaram pais, filhos, vizinhos, avós e até bisavós, de crianças que hoje ali estudam com toda a dedicação e com toda a vontade de viver, apesar das situações adversas em que se encontram e da falta de recursos com que se depara a professora em relação ao material didáctico que quase não existe e o pouco que há está incompleto e desactualizado e onde o improvisado é o tema de ordem. Espaço é coisa que não falta a esta escola, o problema é que só se utiliza uma pequena parte deste lindo edifício, uma sala e o recreio. Quando chegámos com os nossos filhos no primeiro dia de aulas, verificamos que a escola estava muito arranjadinha por fora, mas a cair por dentro. Não existia caixa de primeiros socorros, actualmente existe graças à boa vontade das farmácias de Oliveira de Azeméis. Não existia nada para as crianças brincarem no intervalo, o professor de educação física emprestou bolas e os pais começaram a levar uns brinquedos dando preferência aos brinquedos tradicionais. Nós, pais, conseguimos arranjar um frigorífico graças à generosidade de uma pessoa, para que em caso de acidente a professora*

*tenha gelo e não precise de ir bater à porta dos vizinhos. Temos uma fotocopiadora que passa mais tempo parada do que a funcionar, quando funciona estraga muito papel, porque imprime metade da folha como se não tivesse toner. O ar condicionado está avariado desde Outubro, actualmente anda-se no jogo do empurra, ora vai ser arranjado, ora não. Em Janeiro foi deixado um aquecedor, que desde já agradeço em nome dos pais ao Senhor Presidente pela oferta, mas como a professora já informou por diversas vezes, o quadro eléctrico precisa de mais potência, pois não aguenta com luzes, um aquecedor e desumidificador a trabalhar em simultâneo. A sala precisa mesmo de um desumidificador e de um aquecedor pois é muito húmida, as janelas não têm vidro duplo, na sala ouve-se carros, pessoas a passar na rua e o mais grave é que há pessoas com bastantes problemas respiratórios. Também falta uma grade de segurança à saída da escola, as crianças quando saem ficam de acesso directo à estrada, na qual passa carros a grande velocidade, não respeitando sequer a passadeira ali colocada. Existe uma escada no recreio que não tem qualquer protecção, sendo um perigo iminente. Recentemente descobrimos que devido às chuvas há infiltrações na zona do recreio e casas de banho e como sabemos as crianças não resistem a uma poça de água e acabam por se molhar ficando assim o resto do dia. No sótão é preciso substituição de telhas, pois deixam entrar água, mas a estrutura que as suporta parece-me recente e sem problema. A Escola do Cruzeiro n.º 1 também merece uma atenção, pois embora esteja um pouco melhor do que a Escola do Cruzeiro n.º 2, actualmente as crianças brincam num parque infantil onde a areia não é substituída há vários anos. Deveria existir uma ligação entre o edifício exterior, uma sala de aula e o edifício principal para as crianças atravessarem em dias de chuva, como já existe nas Escolas Bento Carqueja ou Ferreira de Castro. Por isso, deixo aqui um pedido: venham ver as escolas de Macinhata, mas com calma, deixem que vos mostrem as situações, os locais e o que nós Pais podemos fazer. Acredito que todos juntos podemos dar uma grande alegria às crianças. A freguesia precisa de ser dinamizada e porque não começar nas escolas? Onde se estão a formar os homens e mulheres de amanhã, porque não dar a eles condições necessárias para que façam mais e melhor? Pois nós somos e temos de ser os exemplos dos nossos filhos e tenho a certeza de que se nós começarmos eles irão continuar a nossa obra. Falando como Macinhatense e se me permitem vou fazer mais dois pedidos. Em Outubro de 2009, na rua do Requeijo foi efectuado um alargamento de estrada e a construção de um muro de forma bastante rápida e bem construído, quero desde já dar os meus sinceros parabéns, mas quando todos esperávamos que a obra ficasse concluída tal não aconteceu e ficaram uns metros de estrada sem pavimento. A situação nessa curva não era muito boa, mas agora também não ficou melhor, pelo contrário. Penso que a circulação rodoviária foi posta em causa, pois ali passam todos os dias dezenas de veículos e peões. Gostaria que os Senhores se deslocassem ao local e verificassem a situação, pois o ideal seria colocar uns vinte, trinta metros de alcatrão e a segurança estaria restabelecida. Outro pedido era a pavimentação do caminho da Devesa, pois com as alterações dos sinais de trânsito no lugar da Devesa a circulação de veículos pesados, como camiões e autocarros complicou-se muito, pois têm de fazer vários quilómetros para chegar ao lugar do*

*Viso, lugar da Igreja e ao Fundo de Lugar e com esta estrada feita seriam menos os quilómetros, seriam menos de metade. Quero desde já agradecer a oportunidade que me estão a dar e dizer que não estou contra ninguém, mas sim a favor de Macinhata, a terra que me viu crescer e dizer que estou ao dispor para algum esclarecimento adicional. Muito obrigado e boa noite. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Prof. Leonel Martins, residente na freguesia de Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Boa noite a todos os presentes. Em primeiro lugar ia aproveitar, e vou ser sincero no que vou dizer, já não venho aqui há muito tempo, não tive oportunidade de o fazer anteriormente, já fiz com algumas pessoas isoladamente, mas queria felicitar todos os eleitos quer para a nível da Junta de Freguesia, quer a nível da Assembleia Municipal, quer a nível do Executivo da Câmara Municipal. Queria felicitá-los pelo facto de terem sido eleitos e desejar-lhe as maiores felicidades em termos de governação, porque quanto melhor for mais beneficia Oliveira de Azeméis e beneficiam todos os Oliveirenses. Eu venho dar uma sugestão que não sei se será viável, que era uma alteração no regulamento de funcionamento da Assembleia Municipal e que tem a ver com a participação do público. Se fosse possível, eu propunha que fosse criado, eu penso que na Assembleia de Freguesia funciona assim, que era a criação de dois períodos de intervenção do público. Julgo que para os senhores seria um bocado massivo, para mim é indiferente, mas para as pessoas é muito aborrecido vir para aqui e estarem aqui tanto tempo. O que eu queria sugerir, se fosse viável, é que fossem criados dois períodos de intervenção do público e as pessoas interviriam num ou noutra, é lógico, um no início da sessão, quem estivesse presente interviria e outro na parte final, em que se mantinha esta intervenção do público. Era apenas uma sugestão. Quanto ao pedido, eu geralmente venho aqui falar como peão, venho defender passeios, mas hoje não venho, venho falar como motorista. Desde o início do ano lectivo eu sou “chaufer”, sou motorista dos meus filhos e eu apercebi-me ao fazer esse serviço de algumas situações. Eu todos os dias vou levar, da parte da manhã, o meu filho à Escola da Feira dos Onze, provavelmente o Senhor Presidente da Junta já terá falado desta situação, que é a via de acesso à parte interior da Feira dos Onze, até está calcetada, é relativamente estreita e todos os dias as pessoas estacionam, por uma questão de comodismo. Até posso dizer que são pessoas que trabalham no Centro de Dia, tem montes de espaço à frente para estacionar, mas por uma questão de comodismo estacionam na parte calcetada. E o que é que acontece? Quando os pais, como eu, vão levar os filhos e todos os dias acontece isto, estão lá carros estacionados e têm que fazer ou marcha atrás, ou subir o passeio. Se fosse viável, queria pedir se colocavam lá uma placa de estacionamento proibido, porque até têm lá tanto espaço à frente. A segunda situação, quando venho trazer a minha filha à Escola Bento Carqueja e venho ali pelo lado do Cruzeiro, o piso está um nojo e se fossem possíveis ali umas pazadas ou qualquer coisa. A terceira situação é quando vou levar a minha filha à piscina, o*

*problema já foi resolvido em que havia um certo abuso e estacionavam naquela baía para cargas e descargas de pessoas, entretanto eu sei e já fiz essa rectificação que colocaram lá umas placas de estacionamento. Agora o que é que acontece é que alguém me disse assim “essas placas, a colocação da sinalética foi à Assembleia Municipal?” Já veio cá? É que ele disse que não veio e como diz que não veio estaciona lá porque não o podem autuar. Está então legal? Era só isso. Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que disse: =====*

*===== Eu pedi-lhe a palavra, já não é normal falar, mas porque durante a Assembleia Municipal, já nesta parte final, não sei se por esta questão que o Prof. Leonel falou, eu cometi um excesso verbal com o Senhor Deputado Bruno Aragão e queria-lhe publicamente pedir desculpas por isso. Muito obrigado. =====*

*===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====*

*===== Está tudo aprovado. Boa noite a todos. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a Sessão, eram 23h, da qual para constar se lavrou a presente acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos constituintes da Mesa. =====*